



CADERNOS DO ITABORAÍ

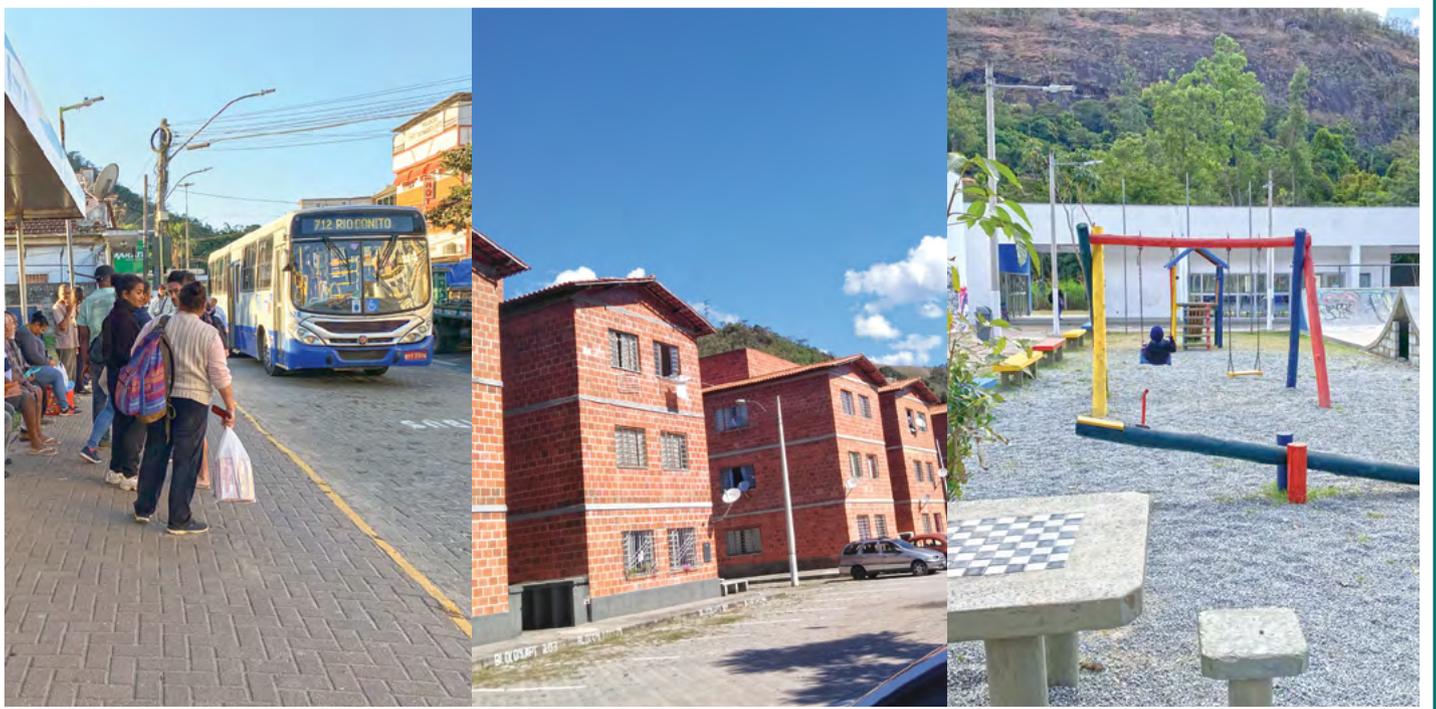
PALÁCIO ITABORAÍ - VOLUME 6 - Nº 1 - 2023

TRANSCRIÇÃO DA SEGUNDA JORNADA

CIÊNCIA E COMUNIDADE

JUNTOS EM BUSCA DO DIREITO À CIDADE

PRAÇA CORTA RIO, POSSE, PETRÓPOLIS, RIO DE JANEIRO
29 DE AGOSTO DE 2023



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz

Fundação Oswaldo Cruz. Fórum Itaboraí: Política, Ciência e Cultura na Saúde

Prefeitura Municipal de Petrópolis

Comissão organizadora

Lília Maria Gomes
Felix Julio Rosenberg
Leonardo Fragoso
Isaque Santa Rosa
Lilian Regina Nogueira
Adilson Oliveira Junior
Ana Alice Fragoso Andrade
Bruno César dos Santos
Cleber Belmiro dos Santos
Juliana Possas
Lucia Helena Almeida
Marcelo Mateus Izaias
Mayara Alves
Rebeka Vidal Moraes
Sérgio Monteiro
Sonia Maria Carvalho
Victor Moreira
Daiana de Melo Gomides
Luiz Pistone
Aline Rickley
Marina Rodrigues Jesus
Thais Paiva
Nina Mayer
Celso Franzen

Prefeitura Municipal de Petrópolis

Lorena de Oliveira Cristiano
Jéssica Justino Soares
Ana Lúcia Oliveira de Souza
Roberto Carlos Tavares

Mesa de abertura

Felix Julio Rosenberg
Diana Iliescu
Maurício Veiga

Palestrantes

Kelson Senra
Itamar Silva
Layla Talin

Elenco Teatro do Oprimido

Ana Lúcia Chagas
Arlete Aparecida Valentim da Silva
Elisimar Gonçalves
Isaque Santa Rosa
Lilian Regina Marcílio Nogueira
Luciana da Silva Bento de Souza
Maria Santana
Sandra Regina Gomes de Almeida
Sonia Regina do Alto Ameal
Talita Câmara

Orquestra de Câmara do Palácio Itaboraí

Kathleen Araújo
Natã Oliveira
Rychard Abadio
Karla Souza, Ludmila Andrade
Lucas Almeida
Isabely Queiroz

JORNADA CIÊNCIA E COMUNIDADE JUNTOS EM BUSCA DO DIREITO À CIDADE

Links para o Documentário e para a gravação do evento na íntegra:

DOCUMENTÁRIO:

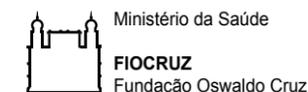
<https://youtu.be/yjnn1UfqStQ>

ÍNTEGRA DO EVENTO:

<https://youtu.be/WDpCm6toY4Y>

CANAL OFICIAL DO FÓRUM ITABORAÍ NO YOUTUBE:

<https://www.youtube.com/@forumitaboraiiocruz>



Jornada Ciência e Comunidade. 2.: 2023: Petrópolis.

J82 Jornada ciência e comunidade: Juntos em Busca do Direito à Cidade/
Lília Maria Valente Seidensticker Gomes et al - Petrópolis: Fiocruz,
2023.

58p.: il.; 30 cm.

1. Direitos Cívicos. 2. Cidadania. 3. Mobilidade Urbana.

I. Gomes, Lília Maria Valente Seidensticker.

CDD

361.8

Catálogo: Biblioteca Livre do Fórum Itaboraí

Cadernos do Itaboraí
Palácio Itaboraí - Volume 6 - Nº 1 - 2023
1ª edição

SUMÁRIO

1 - ABERTURA, PÁGINA 05

2 - TEATRO FÓRUM / TEATRO DO OPRIMIDO, PÁGINA 09

3 - PALESTRAS E DEBATES, PÁGINA 29

KELSON SENRA - Arquiteto Urbanista e ex-Secretário de Habitação de Petrópolis, p.29

ITAMAR SILVA - Jornalista, Líder Comunitário da Favela Santa Marta/RJ, p.41

LAYLA TALIN - Arquiteta e urbanista, Prefeitura Municipal de Petrópolis, p.53



1 - ABERTURA

ALINE RICKLY

ASSESSORA DE IMPRENSA DO Fórum Itaboraí: Política, Ciência e Cultura na Saúde / Fiocruz

Boa tarde a todos, sejam bem-vindos à Jornada Ciência e Comunidade da Posse, uma iniciativa do Fórum Itaboraí, Política, Ciência e Cultura na Saúde, construída em parceria com os moradores da região e com o apoio da Prefeitura Municipal de Petrópolis.

A Jornada tem o objetivo de aproximar a ciência da população, promovendo um amplo debate sobre assuntos de relevância social, que fazem parte dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, os ODS, uma agenda mundial com 17 objetivos e 169 metas a serem alcançadas até 2030.

A primeira Jornada aconteceu na comunidade do Amazonas, Quitandinha, em janeiro deste ano, e teve como tema o combate à fome. Ela acarretou em diversas propostas de políticas públicas e ações para garantir a soberania alimentar.

Aqui na Posse foi escolhido o tema “Juntos em Busca do Direito à Cidade”, com foco em dois eixos: transporte e moradia, que apareceram como pontos de vulnerabilidade aqui na região, durante a realização do Diagnóstico Rápido Participativo – DRP, feito pela equipe social do Fórum Itaboraí.

O Direito à Cidade está inserido no ODS número 11: “Cidades e Comunidade Sustentáveis”, que tem como meta tornar as cidades, os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis, assim como proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço justo para todos. Para isso teremos então, ao longo desta tarde, palestras e debates sobre o tema, com objetivo de sairmos daqui com propostas de soluções para os problemas apontados e garantir aos moradores da Posse e a todos nós o direito à cidade.

Gostaria então de convidar aqui para mesa de abertura, Felix Rosenberg – Diretor do Fórum Itaboraí, programa da presidência da Fiocruz em Petrópolis; Diana Iliescu, Presidente do Instituto Municipal de Cultura e representando o prefeito de Petrópolis; e Maurício Veiga, diretor de Habitação e Regularização Fundiária e representando o secretário de Assistência Social, Fernando Araújo.



FELIX ROSENBERG

Diretor do Fórum Itaboraí: Política, Ciência e Cultura na Saúde / Fiocruz

Muitos de vocês já estiveram conosco, lá no Amazonas, é para nós uma enorme felicidade a segunda etapa dessa Jornada Ciência e Comunidade onde tentamos compartilhar aprendizados entre os intelectuais, os cientistas, os pesquisadores e a comunidade que vive os problemas que os pesquisadores pesquisam.

O resultado do encontro do Amazonas foi fantástico, pelo menos do ponto de vista nosso. Nós aprendemos muito, e acredito que também a comunidade aprendeu bastante.

Esperamos que seja assim também nesta ocasião. Agradeço novamente à Diana, secretária de Cultura, grande parceira, ao Maurício que representa o Fernando Araújo, secretário de Assistência Social, também grande parceiro do nosso trabalho, a presença de Roseli, representando o secretário de Saúde. Tanto Marcos Curvelo secretário de Saúde, quanto o secretário de Assistência se desculparam não poderem vir, um por razões de saúde e outro por razões de trabalho.

Mas de todas maneiras estão conosco representados, estão conosco no trabalho permanente e também agradecemos a representação da secretaria de Educação e com isso queremos mostrar que quando falamos de objetivos de desenvolvimento, não é apenas controle de doenças que a saúde lida, a saúde lida, como já temos falado muito, com bem-estar, o bem viver de todo mundo, isso que é saúde não é apenas combater as doenças.

E por isso que agradecemos, estamos tão satisfeitos com esse trabalho em parceria com assistência social, com educação, com a cultura e obviamente com a saúde e sobretudo com a presença do prefeito que ele nos acompanha praticamente pessoalmente quase todos os nossos eventos. Espero que tenhamos um bom produto e muito obrigado a vocês por nos acompanhar.

MAURÍCIO VEIGA

Diretor de Habitação e Regularização Fundiária da Prefeitura Municipal de Petrópolis - RJ

Boa tarde a todos, conforme foi falado, estou representando Fernando Araujo, Secretário de Assistência Social. Sou Maurício Veiga, diretor de Habitação e Regularização Fundiária e o motivo pelo qual o Fernando não compareceu é porque ele está envolvido, agora na parte da tarde, com aqueles ressarcimentos que o pessoal do Morro da Oficina está recebendo, já que a gente precisa demolir aquelas casas e a gente vai fazer lá um muro de contenção grande e isso precisa ser resolvido hoje impreterivelmente. Espero que a tarde seja proveitosa para todos, boa tarde!

DIANA ILIESCU

Presidente do Instituto Municipal de Cultura de Petrópolis - RJ

Boa tarde pessoal. É uma grande alegria estar aqui hoje, vejo essa casa cheia, esse equipamento cultural é o CEU, ele é um grande orgulho para nossa cidade de Petrópolis é um equipamento que vem de uma política pública federal, que permitiu que a gente construísse esse lindo auditório que é também um teatro, um cinema e onde a gente tem uma biblioteca, várias salas, incluindo uma sala de informática; a gente tem também o CRAS, a Assistência Social aqui junto. Então aqui é um espaço que a gente valoriza muito porque é o nosso principal equipamento do quinto distrito da cidade e eu quero dizer que é um grande orgulho a gente estar aqui na abertura hoje da Jornada de Ciência e Comunidade com a Fiocruz.

Nós temos um profundo respeito pelo trabalho que a Fiocruz realiza e aqui em Petrópolis, em especial, pelo Fórum Itaboraí que é uma belíssima construção que fica no Valparaíso. Quem ainda não conhece aproveite para convidar a todos vocês para irem lá conhecer, porque também é um equipamento cultural, científico, voltado para as questões da saúde da comunidade mas tem esse olhar transversal sobre várias questões fundamentais da nossa sociedade petropolitana.

É um espaço que tem galeria de Exposição, tem exposições culturais, tem debates, seminários; tem uma série de encontros e ações importantíssimas que acontecem lá no Fórum Itaboraí. Durante a pandemia foi lá que se reuniu a comissão que cuidava das deliberações sobre as questões de saúde na nossa cidade. Então quero dizer aqui ao Felix, e em nome dele, parabenizar a toda a equipe da Fiocruz, que eu tô vendo aqui pessoas maravilhosas que são da equipe do Fórum Itaboraí, por tudo o que vocês fazem pela nossa cidade e por vocês estarem aqui hoje, na Posse, no quinto distrito, abrindo um diálogo com a sociedade porque é fundamental a gente ter essa participação das pessoas, dos moradores de cada região da nossa cidade, tendo a oportunidade de discutir sobre a sua própria realidade e junto com o poder público, com a Fiocruz que é uma instituição federal, com a Prefeitura de Petrópolis; que vocês possam discutir as soluções para todos os problemas que a gente tem.

Porque isso se constrói comunidade com coletividade, ninguém vai saber sozinho as melhores soluções e a gente acredita muito nesse diálogo. Ouvir o que vocês têm para dizer, também a respeito dos temas que a Fiocruz está propondo, é fundamental para a gente criar estratégias para que o poder público local possa aplicá-las; é através desse diálogo que essas soluções vão surgir.

E eu também quero parabenizar muito nosso prefeito Rubens Bomtempo, porque ele tem essa sensibilidade muito grande de valorizar sempre essa relação com a sociedade. Recentemente a gente esteve aqui na Posse, no projeto nosso bairro, e aí ele trouxe todas as atividades de todas as secretarias; vieram todos os secretários, todos os serviços prestados pela prefeitura se concentraram aqui numa única região, para a gente poder fazer uma força tarefa para atender o máximo possível aquela região. No encerramento a gente fez uma grande comemoração aqui fora. Eu acho que muitos de vocês tiveram lá; foi um momento em que a gente teve a oportunidade de conhecer o trabalho da região. Por

exemplo, eu falo pela cultura porque eu sou a secretária de Cultura, a gente tem as bordadeiras do Bregal, um trabalho lindo, deslumbrante que tem representado Petrópolis em outras cidades porque elas já circulam, participam em eventos, já são conhecidas em outros locais.

Então, é muito importante que a gente valorize também o que a gente faz, o que é nosso, o que a gente produz e o que se destaca; e que a prefeitura possa apoiar cada vez mais essas realizações, para que a gente possa levar a nossa autoestima, o nosso orgulho, nosso trabalho para além das fronteiras de Petrópolis.

A gente tem também vários artistas aqui da região; temos a Aninha por exemplo, a nossa querida representante da Secretaria de Educação, o filho dela tem uma linda banda que já se apresentou aqui na Posse; a gente tem a Kátia por exemplo, que é bordadeira, e que também é da associação Nikkei, que faz o Bunkasai e que fez uma festa maravilhosa no Palácio de Cristal há duas semanas atrás; então se a gente for olhando um a um a gente vai vendo que cada um tem uma história maravilhosa para contar, tem um trabalho deslumbrante e que vem desta região, que vem aqui da Posse, que vem do trabalho que é feito aqui. Então, acho que é muito importante a gente valorizar o que cada um de nós fazemos e aproveitar muito esse momento aqui hoje para trazer essas discussões e tentarmos sair daqui com novas ideias, com novas propostas. É juntos que a gente se fortalece. Por fim, eu queria agradecer muito a nossa equipe aqui do CEU da Posse, a gente tem o Beбето que é o nosso coordenador, a gente tem o Gilsanio que tá lá na mesa de operação operando o som e luz; temos a Secretaria de Educação que está aqui; a assistência social com o CRAS; temos a Priscila do Esporte, que está por aqui também; e toda a equipe que trabalha aqui e que faz com que este espaço maravilhoso possa estar sempre aberto à população.

Então parablenizo a todos vocês que estão aqui, a Fiocruz, a equipe do CEU da Posse, e estou à disposição também; a Secretaria de Cultura está à disposição de todos vocês para a gente cada vez mais fortalecer a nossa atuação aqui na Posse, grande abraço!

ALINE RICKLY: Agradecendo a presença aqui da Suzana Moura representando a Secretaria de Educação; a Roseli Soares representando a Secretaria de Saúde e o Tiago Ezequiel; Coordenador da Casa dos Conselhos.



2 - TEATRO FÓRUM / TEATRO DO OPRIMIDO



THAIS PAIVA

Coordenadora do núcleo do Teatro do Oprimido – TO do Fórum Itaboraí

Boa tarde gente, a todas e a todos, sou a Thaís, sou professora de teatro do Fórum Itaboraí, aqui está o elenco maravilhoso que vou apresentar em breve.

A gente montou essa peça especialmente para este evento, onde a gente ficou durante o mês de agosto conversando, trazendo questões daqui das mulheres da Posse, que vivem essas questões que a gente vai apresentar para vocês relacionadas ao tema da Jornada que é o direito à cidade, como que essas mulheres, vem e vivem o direito à cidade através de várias situações. A gente fez uma bela costura, bom eu achei bela.

Antes da gente apresentar, queria apresentar brevemente para vocês, o que que é o Teatro do Oprimido. Alguém aqui, quem esteve na Jornada do Amazonas, participou! Então queria perguntar aqui, quem já participou de uma sessão de Teatro Fórum? Levanta a mão! Beleza, algumas pessoas, mas nem todas.

Então vou explicar rapidinho. A situação é a seguinte, a gente vai apresentar uma cena, mas diferente do teatro convencional, eu quero convidar vocês a participarem da cena com a gente. Vocês topam? Nem todo mundo topou gente, a gente precisa da ajuda de vocês, por favor!

Vou perguntar de novo, fingir que eu não perguntei ainda. Vocês topam participar com a gente? Agora sim! Agora eu posso contar com vocês! Então vai ser assim, já que vocês toparam, vou explicar como é que acontece. A gente vai apresentar a cena que veio de situações reais, sobre direito a cidade, e tem uma problemática na cena, tem um problema, que não vai ser resolvido e a gente vai resolver esse problema juntos, vou convidar vocês, a pensar em uma solução com a gente.

Então prestem bastante atenção na cena, nos personagens, na situação que vai aparecer aqui para ver se alguém tem uma ideia de como a gente resolver, pode ser? Posso contar com vocês? Então, pode vir elenco, vamos nos preparar.

TEATRO DO OPRIMIDO:**Participantes (por ordem alfabética):**

- ANA LÚCIA CHAGAS – Moradora da Posse
- ARLETE APARECIDA VALENTIM DA SILVA – Moradora da Posse
- ELISIMAR GONÇALVES – Moradora da Posse
- ISAQUE SANTA ROSA - Morador da Vila Rica
- LILIAN REGINA MARCÍLIO NOGUEIRA (Tia Lili) – Moradora de Vila Rica
- LUCIANA DA SILVA BENTO DE SOUZA – Moradora da Posse
- MARIA SANTINA – Moradora da Posse
- MARINA RODRIGUES JESUS - Equipe Social do Fórum Itaboraí
- SANDRA REGINA GOMES DE ALMEIDA – Moradora da Posse
- SÔNIA REGINA DO ALTO Ameal – Moradora da Posse

[MÚSICA]

É uma casa muito engraçada, não tem luz, não tem água! não tem nada! Ninguém pode fazer xixi, porque esgoto não tem ali! E não se pode ir nem falar, porque não tem ninguém para escutar! E não se pode ir nem falar, porque não tem ninguém para escutar! Manda para lá, manda para cá, mas a passagem quem vai pagar? Manda para lá, manda para cá, mas a passagem quem vai pagar? E agora, o que fazer? A quem procurar para resolver? E agora, o que fazer? A quem procurar para resolver?

[CENA DE TEATRO]

ELISIMAR: Você não vai trabalhar hoje não hoje?

ISAQUE: Eu já trabalhei, tô esperando meu patrão voltar e ele vai me pegar para vir fazer um serão aqui mais tarde hoje para aumentar a renda aí que tá difícil.

MARINA: Ô Antonio, se tem o telefone da Célia? Antonio, por um acaso você tem o telefone da Célia?

ISAQUE (ANTONIO): - Tem não! Resolve aí!

MARINA: Vou ver se ela atende esse telefone porque, oh, tem uns três dias que eu não consigo falar com ela.

ELISIMAR: Alô!

MARINA: Até que enfim hein Célia!

ELISIMAR: Oi Dona Agostina!

MARINA: Pois é, ainda bem que você reconheceu, aqui é a Agostina e você sabe, eu tô te ligando Célia, já tem uns três dias.

ELISIMAR: Ah, é porque o sinal aqui a senhora sabe que é ruim eu não tenho internet, né?

MARINA: Pois é, você sempre inventa uma desculpa. Olha só, eu estou bem nervosa.

ELISIMAR: Sim!

MARINA: Porque a gente tá com um problema muito sério.

ELISIMAR: Pode falar.

MARINA: Eu falei com o Antônio mais uma vez que a gente não ia alugar a casa para alugar social. Aí a gente aluga, eu já tinha te contado que eu tô com aquele problema de R\$ 2.000 de conta de luz e você vai e não paga novamente, Célia!

ELISIMAR: Mas eu não paguei ainda porque a conta não chegou. O rapaz da Enel, ele não entrega a conta nas casa, entrega lá embaixo naqueles relógio que tá tudo ruim!

MARINA: Tá! Todos inventam o mesmo problema! Olha só, vou te dar um prazo até sexta-feira, se você não pagar a conta de luz aí eu vou ter que tomar minhas providências tá, passe bem e uma boa semana!

ELISIMAR: Tá bom, vou resolver!

ELISIMAR: Ela quer o quê? Ela quer que eu pague a conta de luz, tu sabe muito bem que a conta de luz tá no nome do proprietário.

ISAQUE: Mas então, não chegou aqui.

ELISIMAR: Não chegou, e a gente tem que ir lá em Areal para tirar segunda via por isso que eu falei tem que colocar a internet!

ISAQUE: Vai lá, eu não vou botar a internet aqui enquanto não aumentar o salário. Vai lá, que estou esperando meu patrão chegar aqui, que eu vou fazer um bico hoje a noite.

ELISIMAR: Todo mês é isso! Tem que ir lá em Areal! Todo mês!

ISAQUE: Vai lá, que estou esperando meu patrão aqui, vai lá!

ELISIMAR: Oi, tudo bem? Tenho que ir lá na Posse!



No posto da Enel em Areal:

ANA LÚCIA: Boa tarde! Vim aqui porque preciso trocar o nome do medidor que era da minha mãe, passar para o meu nome, aí você pode me ajudar?

LUCIANA (Atendente da Enel em Areal): Senhora, a senhora agendou de pelo site?

ANA LÚCIA: Não fiquei com medo dele travar, de entrar pelo site!

LUCIANA: Não, senhora, agora a gente só resolve se for pelo site. A senhora tem que agendar, para depois a senhora deixar tudo agendando, tudo direitinho, com o nome da senhora para eu poder atender a senhora.

ANA LÚCIA: Ah, sim! A senhora não pode fazer a gentileza de adiantar?

LUCIANA: Não, senhora.

ANA LÚCIA: Tem que ligar e marcar?

LUCIANA: Eu não posso. Isso é ordem da empresa. Eu não posso fazer nada pela senhora.

ANA LÚCIA: Tudo agora a gente tem que agendar, né?

LUCIANA: Sim senhora.

ANA LÚCIA: Pois é, tudo, espero que a senhora tenha sorte, agora a gente tem que agendar. Daqui a pouco para fazer as coisas a gente tem que agendar também.

ELISIMAR: Bom dia! É, por favor, queria te pedir se você pode, por favor, tirar a segunda via da conta? Porque lá tá com esse problema, o rapaz não entrega a conta nas na residência, deixa no relógio, e todo mês eu tenho que vir aqui para tirar a segunda via, e pedir o requerimento para trocar o relógio lá que está tudo ruim. Tudo relógio antigo.

LUCIANA: Senhora, conta de luz a gente tá fora do sistema, não tem como resolver isso pra senhora, porque nós estamos já há dois dias sem sistema, e seu relógio a senhora tem que entrar no site, para poder agendar, pra poder conseguir resolver.

ELISIMAR: Moça, eu não tenho internet na minha casa, moça! Eu moro de aluguel social e não posso ter internet, nem pagar internet.

LUCIANA – Moradora da Posse (Atendente da Enel em Areal): Senhora, eu não posso fazer nada! Senhora, eu não posso fazer nada pela senhora, é normas da empresa. O que eu estou fazendo aqui, dando pra senhora orientação, o que a senhora tem que fazer.

ELISIMAR: Eu sei, mas toda vez que vem aqui é a mesma coisa, né? Porque a gente é lá da Posse e tem que vim aqui em Areal.

LUCIANA: Então senhora, a gente tá fazendo o que a gente pode por aqui. Agora, se a senhora não está satisfeita...

ELISIMAR: Lá na Posse não tem um posto de atendimento! O atendimento da Canel a gente tem que vir aqui.

LUCIANA: A senhora procura lá o centro de Petrópolis, que a senhora vai conseguir resolver.

ELISIMAR: Tá, mas eu tenho que pagar essa conta de luz até sexta-feira.

LUCIANA: Senhora, eu já expliquei pra senhora, eu não posso fazer nada pela senhora.

ELISIMAR: Ué, então não adianta ter atendimento, aqui em Areal pra Posse, porque não resolve nada!

ELISIMAR: Oh, olha só! Cê tá em casa ainda?

ISAQUE: Meu patrão tá vindo me pegar já, já!

ELISIMAR: Olha só, eu quero dinheiro para a passagem porque eu gastei o dinheiro para ir lá em Areal, na Enel, para pegar a segunda via, tá fora do sistema ...

ISAQUE: Não tenho dinheiro nenhum. Eu vou...

ELISIMAR: E eu vou arrumar esse dinheiro com quem? Eu tenho que pagar essa conta de luz!

ISAQUE: Eu vou fazer um serão com o patrão, aí de noite quando eu voltar, se tiver como adiantar?

ELISIMAR: Tá vendo, se a gente tem a nossa casinha, a nossa casinha, não precisasse morar de aluguel social, a gente não estava passando por essa humilhação!

ISAQUE: Não estava mesmo. Mas reforça aí mano; pede as vizinha que são suas amigas...



ELISIMAR: Ah, ???

ISAQUE: Elas deve ter dinheiro de passagem para te emprestar. Pede a elas!

ELISIMAR: Ninguém gosta de emprestar dinheiro não!

ISAQUE: Pede a elas lá, obrigado!

ELISIMAR: Oi dona Sônia, tudo bem?

SÔNIA: Tudo bem!

ELISIMAR: Por favor, a senhora vim aqui te pedir um favor, será que você tem duas passagem, para mim ir em Petrópolis, resolver o problema da conta de luz?

SÔNIA: Não tenho!

ELISIMAR: Não tão entregando a conta de luz eu tenho que tirar segunda

SÔNIA: Meu esposo parado ... não ...

ELISIMAR: Eu pedi ao seu José também.

SÔNIA: Todo mês você diz a mesma coisa.

ELISIMAR: Eu não gosto de ficar pedindo internet aos outros, sabe?

SÔNIA: Eu não tenho, eu estou desempregada, meu esposo desempregado ...

ELISIMAR: Tá bom, tem problema não!



SÔNIA: Tô com Bolsa Família, ah vai na dona? Que?

ELISIMAR: Tá bom, tá legal, obrigado tá!

SÔNIA: Obrigada a senhora!

ELISIMAR: Oh de casa?

SANDRA: Oi!

ELISIMAR: Tudo bem?

SANDRA: Tudo bem!

ELISIMAR: Vim aqui te pedir um favor. Será que você pode, é, me emprestar duas passagem para mim ir lá pegar na segunda via da minha conta?. Olha pode emprestar . E eu tenho que ir no requerimento pro relógio da luz ...

SANDRA: Pode emprestar, posso sim, não tem problema, mas aí depois eu preciso receber porque é pra minha passagem do trabalho.

ELISIMAR: Tá bom, até o dia 25 eu te dou o dinheiro, tá?

SANDRA: Tá ótimo! Pode usar. (o cartão de passagem)

ELISIMAR: Porque eu não posso tirar do dinheiro da conta de luz, tá bom?

SANDRA: Pode usar, tranquilo!

ELISIMAR: Muito obrigado, tá? Na volta eu te entrego teu cartão.

SANDRA: Vai com Deus!

ELISIMAR: Vou lá pro ponto do ônibus pra vê se eu pego o ônibus ainda.

ELISIMAR: Oi!

ANA LÚCIA: Oi!

ELISIMAR: Tudo bem?

ANA LÚCIA: Tudo!

ELISIMAR: Tem quase uma hora, né?

ANA LÚCIA: consente com a cabeça que sim.

ELISIMAR: Será que eu consigo chegar lá na ...

O ponto de ônibus começa a ficar cheio de gente e todos falam ao mesmo tempo.

ANA LÚCIA: Olha, Célia tá difícil. Porque você pega o ônibus ainda chega lá do jeito que chega na Avenida. Tem dia que o ônibus, pra chegar na avenida, leva o dia inteiro ...

LILIAN: Todo dia isso?

ANA LÚCIA: Todo dia!

ELISIMAR: O que que houve com esse cachorro?

ARLETE: Meu cachorro fugiu; não tem quebra mola na pracinha.

ELISIMAR: Ah, tadinho!

MARINA: A senhora vai carregar esse cachorro no ônibus?

ARLETE: Eu tenho direito!

LUCIANA: Vocês não sabem da maior!

LILIAN: O que que houve?

LUCIANA: Acabou de morrer uma mulher no posto médico.

Todas as pessoas, no ponto de ônibus, falando ao mesmo tempo. O ônibus chega.

ISAQUE: (motorista do ônibus): Boa tarde! Boa tarde! (Faz sinal para as pessoas entrarem no ônibus).

As pessoas entram no ônibus que fica lotado. A viagem começa, e os passageiros reclamam da maneira que o motorista conduz o transporte. A viagem termina e todos descem no ponto final do ônibus reclamando da conduta do motorista. As pessoas se despedem.



No posto da Enel em Petrópolis:

ELISIMAR: Oi, boa tarde.

MARIA SANTINA: (Atendente da Enel em Petrópolis): Boa tarde!

ELISIMAR: Aqui, eu queria, é, por favor, pedir a segunda via da conta de luz, eu sou lá da Posse, e pedir também o requerimento pra trocar os, os relógios lá que tá tudo velho; toda vez, todo mês é isso, e eu moro de aluguel social, a moça já tá uma fera comigo porque todo mês eu atraso a conta de luz.

MARIA SANTINA: Mas ...

ELISIMAR: Por favor moça!

MARIA SANTINA: Hoje ...

ELISIMAR: Eu sei que cheguei atrasada

MARIA SANTINA: Hoje a senhora não tem mais chance, porque ...

ELISIMAR: Pelo amor de Deus!

MARIA SANTINA: Tá fechado e gostaria muito de poder ajudar a senhora, mas infelizmente não dá.

ELISIMAR: Ah não!

MARIA SANTINA: Eu sei que é difícil, mas não dá.

ELISIMAR: Cinco minutinhos moça!

MARIA SANTINA: Não, mas não depende de mim, depende ...

ELISIMAR: Moça eu peguei dinheiro de passagem emprestado para vir aqui moça.



MARIA SANTINA: Eu sei disso, que a vida está difícil pra todo mundo.

ELISIMAR: Como é que eu faço o requerimento dos relógios lá? Tá tudo velho!

MARIA SANTINA: Então minha querida, eu não posso te dar resposta, infelizmente.

ELISIMAR: Vou te que voltar amanhã de novo?

MARIA SANTINA: Tem que voltar amanhã de novo. É o tal de sistema, fora de sistema.

ELISIMAR: Tá bom! Obrigada pela sua educação!

MARIA SANTINA: Eu sinto muito! Eu gostaria muito de ajudar!

ELISIMAR: Obrigada pela sua educação, tá? Porque lá em Areal ...

MARIA SANTINA: De nada, querida! Boa sorte!

ELISIMAR: Não tive muito sucesso.

MARIA SANTINA: Vai com Deus! Tchau.

ELISIMAR: Tá vendo, se eu tivesse lá, lá na Posse, tivesse um ponto de atendimento da Canel, nada disso tinha acontecido. Eu tinha uma ajuda.

MARIA SANTINA: E agora?

ELISIMAR - Começa a cantar: E agora o quê fazer? A quem procurar para resolver.

ARLETE: Venham!

Atores cantando.

Vem vamos embora que esperar não é saber. Quem sabe faz a hora, não espera acontecer. Vem vamos embora que esperar não é saber. Quem sabe faz a hora, não espera acontecer.

Fim da peça de teatro.



ARLETE: Nesse vai e vem, não tenho mais casa, quem era casado até já descasa, desempregado, sem um vintém. A minha mente logo se arrasa por me encontrar nessa situação. Pobreza tamanha, se até aranha mora no chão, no fogão. Todo esse contratempo foi devido ao tempo e eu não sou culpado. Quero que resolva a nossa questão. Quero trabalho e cidadania, quero moradia, que não haja empecilhos, em criar meus filhos, somos cidadãos. Autoria de Marcos Fernando 74 anos morador da reta da Posse. Dignidade é tudo.

THAÍS PAIVA: É agora que entram vocês! Bom, é, como eu avisei a gente vai começar agora a sessão de teatro fórum, é, queria saber se vocês prestaram bastante atenção a cena? E se essa cena é real, que a gente precisa partir de uma situação real. Do meu lado eu já ouvi uma pessoa falando que é assim mesmo, mas é real para vocês? Sim, para a maioria que eu tô vendo que sim. É ... qual situação? Quem aqui desse elenco, desse grupo, estava buscando solução para uma situação? Tava enfrentando um problema? A Dona Célia! A Dona Célia sentiu. Pensar no Teatro do Oprimido, era oprimida aqui na situação, talvez não só ela né, mas ela é a nossa protagonista. Quem? Os vizinhos também. Quem mais? O pessoal do ônibus?

Enfim, a gente vai substituir agora, pessoas aqui que a gente possa fazer na vida real, de repente igual ele falou vizinho, outra pessoa falou, pessoas do ônibus ou mesmo a Célia. Pensarem soluções coisas que a gente poderia fazer diferente do que ela fez, porque ela tentou, não tentou? Tentou muito, mas mesmo assim o final da cena não foi feliz é assim no teatro fórum, e às vezes é assim na vida, mas a gente luta para mudar essa situação.

Então quero saber se alguém aqui pensou em alguma ideia, em alguma ideia para mudar essa situação da Célia na cena. Peraí, vamos uma de cada vez.

Qual o seu nome? Ana Maria? Você quer entrar em qual momento da cena? Com as vizinhas, com o ônibus. Ô Cláudia, aqui! (Thais entrega o microfone para Cláudia). Fala Ana Maria.

Ela tem uma coisa pra falar do ônibus.

ANA MARIA OLIVEIRA DA SILVA - Moradora da Posse: Esse motorista tá muito rápido, tá! Já começa por aí! Porque os motoristas do Posse eles gastam 1:10, 1:15, uma hora e 20, você chegou muito rápido no terminal Itaipava, pelo amor de Deus, não e nem tem, nem tem como, nem tem como. No centro ainda é pior ainda.

THAÍS PAIVA: Ô Cláudia! E você? Qual a cena que você pensou em mudar? Da Célia? Em qual momento, pra a gente organizar.

CLÁUDIA RENATA - Córrego Grande/Posse, Presidente da União por Moradia e Aluguel Social: No momento que ela, da situação que ela tem que ir, pra, pra Enel e o ônibus demora, essa situação toda.

THAÍS PAIVA: Então ponto de ônibus?

CLÁUDIA RENATA: Ponto de ônibus.

THAÍS PAIVA: Vamos fazer o ponto de ônibus, beleza! Então, atrizes, vamos, Luiza ...

LUIZA – Moradora da Posse: Eu vou ficar no lugar da atendente de Areal.

THAÍS PAIVA: Mas Vamos fazer uma de cada vez. Vamos fazer a cena da Cláudia Renata no ônibus, depois a gente vê a da Luiza e da Ana Maria. Pode ser então?

Ponto de ônibus com a Cláudia substituindo a Célia.

CLÁUDIA RENATA: Aí meu Deus, pode ser? Aí meu Deus eu tenho que chegar lá na Enel até ... na Enel, eu tenho que chegar na Enel até às três horas da tarde.

VÁRIAS PESSOAS FALAM: - Cadê o ônibus?

MARINA: Tô aqui há 40 minutos e o ônibus ainda não chegou!

CLÁUDIA RENATA: Aí meu Deus, gente! Peraí, peraí! (Pega o telefone): Mário? Mário eu tô aqui, Mário! Pô! Pelo amor de Deus, o ônibus! Cadê o ônibus?. Peraí, vou ligar pro, qual é o nome do homem? Cadê a Ana Maria?

ANA MARIA: Anderson!

CLÁUDIA RENATA: Anderson? Anderson, pô! Tô aqui há uma hora.

O ônibus chega e todos falam ao mesmo tempo.

CLÁUDIA RENATA: Anderson, pelo amor de Deus a gente está aqui esperando um tempão, o que tá acontecendo? Ó o ônibus 6039 não fez o horário!

CLÁUDIA RENATA: Cadê o SAMU? A ambulância do SAMU ali parada!

Todos falam ao mesmo tempo.



CLÁUDIA RENATA:- Alô? SAMU? Gente pelo amor de Deus, a gente tem que fazer alguma coisa!

O motorista pede para os passageiros entrarem no ônibus.

CLÁUDIA RENATA: - Motorista, pelo amor de Deus, hein! Não para muito não!

Os passageiros pedem para o motorista começar a viagem, pois todos estão com pressa, mas pedem para que ele dirija com cuidado.

CLÁUDIA RENATA: Mário, vou te mandar umas fotos, hein?! Vou te mandar umas fotos! Mário, oh, Mário oh, o ônibus tá lotado!

Fim da cena improvisada.

THAÍS PAIVA: Obrigada Cláudia! Obrigada! Gente, a Cláudia propôs uma ação diferente da ação da Célia? Sim? Quem falou não? Qual, qual foi a proposta que ela trouxe diferente? Quem pode falar? Denunciou, ela ligou para alguém, que mais, tirou foto e o ônibus chegou.

Essa, essa personagem que ela fez é real? É possível a gente fazer isso na realidade? E se a gente fizer a denúncia? Ligar para alguém? Todo mundo tem o número de alguém aí para ligar? Sim? Não? Não. E por foto? Tem algum canal que a gente possa mandar? Espera aí que eu quero ouvir, eu quero ouvir os canais. Liga para Claudinha? Liga para ela! E a foto pode mandar para ela também?

Que mais? Alguém pensou em outro canal que pode mandar? Rede social! Marcar quem? Giro Serra, marcar os vereadores, secretário, fazer uma denúncia geral? Chamar a polícia? Chamar a polícia no ponto de ônibus? A polícia vai chegar lá, vai chegar o ônibus? Vai resolver? Tô perguntando para vocês. A polícia, não.

ANA MARIA: O motorista chegou aqui rápido. Se for assim, tem que ser todos igual a ele, né? A gente sai do terminal, o ônibus tem que ter um horário, ele tem que tá aqui em quarenta minutos, durante a semana. Durante o final de semana são cinquenta minutos e domingo os ônibus são de meia em meia hora. No sábado de vinte em vinte, e durante a semana, em horário de pico, de quinze em quinze.

CLÁUDIA RENATA: Lembrando que, se não der pra pegar esse ônibus é de é ...



ANA MARIA: É de uma hora em uma hora, né? Aí, que que acontece, quando a gente sai do terminal pra gente poder pegar o Rio Bonito de hora e meia aqui a gente tem que conseguir pegar um ônibus mais ou menos de hora e quinze que sai do terminal. Pra gente poder chegar aqui para poder pegar o hora e meia se a gente pegar o hora e meia a gente nunca consegue pegar. Então, que que os ônibus fazem? Vem lerdos! Ontem eu vim num ônibus, o ônibus gastou uma hora e vinte, de lá aqui. Ele ficou cinco minutos no ponto dando troco pro rapaz.

Quer dizer, o motorista tem que fazer a função do cobrador, num ônibus executivo, que eles colocam aquele convencional de uma porta, odeio aquele ônibus, coloca aquele ônibus pra fazer Posse em horário de pico, horário que criança sai do colégio, né? Uma coisa, eu e Claudinha já conseguimos, porque a gente brigou durante um ano, que é o tal do cartão escolar, que o cobrador, o motorista tinha que destravar lá. Falei, gente porque que esse cartão não é igual ao nosso? Entrou, passou, liberou e vai embora.

Tem 15 dias agora que a gente conseguiu isso. Mas porque eu e Claudinha, todo dia, ele já nem atende a gente mais e a recarga aqui também, a gente conseguiu trazer a maquininha para recarregar. Mas é aquele negócio, tem dia que tá e tem dia que não tá. É igual do terminal. Mas eu e Claudinha, a gente fica, né, todo dia, todo dia, ele tem dia, que eles não atende, mas quando num é ela é ou eu mudo de telefone, ele é obrigado atender; então é assim, o Rio Bonito, eu acho que tinha que ter mais horários dele para ir para Itaipava, em horário de pico, que a gente só tem um que vai direto, mas ele chega aqui na Posse ele fica 10 minutos parado, esperando, o quê a gente não sabe, para poder ir para Itaipava. Não tem declaração. Dependendo do horário, faz integração.

THAÍS PAIVA: Tem uma pergunta, perai. Vamos terminar aqui a da intervenção da Ana Maria.

ANA MARIA: O Rio, nós temos o Rio Bonito executivo. Ele sai seis horas do Rio, só que ele vai no Gabi! Fazer o que no Gabi? Gabi não é Petrópolis, Gabi já é Areal. Vai fazer o que lá? Se no mesmo horário tem um Areal! As pessoas que moram lá, podem muito bem pegar o Areal. A gente atrasa nosso horário em meia hora porque o ônibus tem que ir em Areal. Buscar um passageiro.

THAÍS PAIVA: E agora o que fazer Ana Maria? Você trouxe várias questões aí, sobre o transporte, a partir da cena de transporte que a Cláudia também escolheu, então tô vendo que é uma cena importante, é uma questão importante, vocês já tiveram uma conquista que você relatou também, agora você já trouxe outras demandas, mas horários, mais rápido, a rota né? Então você pode vir fazer, propor uma solução para isso? Na cena? Você quer entrar, conversar com as vizinhas ou no ponto? Acho que onde tem mais gente para você. Tá, então vamos no ponto de ônibus de novo galera, vamos ouvir a Ana Maria acho que o ônibus pode demorar mais um pouco para chegar em Isaac.



Cena improvisada do ponto de ônibus com Ana Maria. Todos falam ao mesmo tempo.

LILIAN: Anda em pé, não é pra gente!

LUCIANA: Acabou de morrer uma mulher agora no posto de saúde.

Todas falam ao mesmo tempo revoltadas.

ANA MARIA: Você sabe o horário do ônibus?

LUCIANA: Deve tá atrasado, porque o carro atropelou um cachorro ali, tá tudo parado.

MARIA SANTINA: E o que que a gente tem a ver com o cachorro?

LUCIANA: Não tem como, tem que salvar o cachorro também. Você não tem coração não? Já chega as pessoas que estão morrendo. Fica quieta, você também podia tá morrendo.

ANA MARIA: Bom dia! Deixa eu te falar um negócio. Olha só, liga pro Mário, que eu já liguei e não tá querendo me atender, avisa a ele que não pode ficar atrasado porque a gente tem horário. Pode chegar aqui que nós vamos parar ele aqui e nós não vamos deixar ele sair. Tchau. Vamos tirar uma foto.

Todas se juntam e Ana Maria tira a foto.

THAÍS PAIVA: Gente, nosso horário tá ficando, tá chegando ao fim. Têm duas pessoas que queriam entrar na cena ... Luiza, cê queria entrar onde? Na atendente! Vamos fazer uma cena da atendente, depois a gente escuta a amiga que que levantou a mão lá atrás e encerra nosso teatro fórum. Vamos lá Luiza, com você.

No posto da Enel. Luiza é a atendente e Célia a cliente.

ELISIMAR: Boa tarde!

LUIZA (Atendente da Enel em Areal): Boa tarde, pois não?

ELISIMAR: Por favor, eu vim aqui é, pedir pra você, por favor, se você pode tirar uma segunda via, porque pra lá não entrega cartas, aí não entrega conta de luz, não entrega carta, nada na residência das pessoas.



LUIZA: A senhora agendou no site?

ELISIMAR: Não moça, eu não tenho internet! Eu pago aluguel social não tenho nem dinheiro direito pra fazer compras

LUIZA: Arlete é a senhora, não?

ELISIMAR: Não senhora, é a proprietária da casa.

LUIZA: Ah sim! A senhora tá querendo transferir, né?. É tirar a segunda via.

ELISIMAR: não, quero pegar a segunda via.

LUIZA: Ah, a segunda via. Então, a segunda via tem que ser agendada. Hoje em dia o sistema é todo agendado antes de chegar aqui na no setor. Mas eu entendo a situação da senhora, eu entendo, que as pessoas vem de longe, né?

ELISIMAR: É eu sou lá da Posse.

LUIZA: Então, eu já fico com o meu celular ...

ELISIMAR: Ah sim!

LUIZA: Eu não posso usar a internet da empresa mas aí eu já deixo meu celular ...

ELISIMAR: Eu vou ficar muito grata!

LUIZA: Com a recarga e eu vou fazer pra senhora.

ELISIMAR: Muito obrigado

LUIZA: Depois que eu fizer, tem que esperar pelo menos 15 minutos pra gente conseguir tirar a segunda via e a senhora que dá requerimento também no medidor.

ELISIMAR: Quero, quero! O medidor tá tudo ruim, tudo ruim.

LUIZA: A senhora quer colocar no nome da senhora?

ELISIMAR: Se isso fosse possível, já colocava de uma vez.

LUIZA: Então a senhora me dá seu CPF, por favor ... eu vou fazer aqui no meu celular.

ELISIMAR: Tá bom!

[Aplausos]

THAÍ PAIVA: Temos que pensar como ter mais pessoas assim né, porque a cena veio da realidade e

vou abrir uma última intervenção, rápida, não vai dar mais tempo da gente fazer cena.

BETH – Moradora da Posse: Dois problemas: um tem a ver com esse ônibus Rio Bonito, é que o ônibus Rio Bonito antigamente ele era direto, a gente não tinha que descer pagar a outra passagem não, agora tem, não sei porque que virou a gente paga duas vezes para chegar de Petrópolis até em casa, quem mora aqui. Outra coisa, essa coisa aqui, essa valeta vocês devem conhecer. Como é que a pessoa vai andar com essa valeta do lado? Tá acontecendo um problema muito sério, criança para andar, para ir para escola, ela tem que estar caindo na valeta ou ir pra rua. Carrinho de neném sendo empurrado, com carro passando em cima. Aqui já tem abaixo assinado que nós levantamos, já foi tudo pra lá, mas até agora nada. Várias fotos aqui desse problema. Todo mundo aqui sabe do que eu tô falando. Cês são todos da Posse, né? É ... Entre Posse e Pedro do Rio que foi feito uma obra meio estranha que colocaram uma valeta ... isso.

THAÍ PAIVA: Gente, importantíssima denúncia. Palmas também pra essa intervenção ... Bom, eu quero agradecer a todas e todos que participaram do debate do nosso teatro fórum; quem não veio aqui em cena eu vi que tava participando também, se colocando, falando se assim se não é assim, ser diferente, e eu acredito que é assim que a gente tem que fazer. A gente tem que se colocar, a gente tem que se unir, a gente tem que pensar juntos e juntas as alternativas, porque às vezes uma pessoa vai pensar diferente de mim e a gente vai somando os nossos pensamentos; sozinha a gente não vai muito longe e como eu não ando só, o teatro do Oprimido não é feito por mim, eu queria chamar essas pessoas maravilhosas que construíram a peça, para a gente se apresentar aqui rapidamente.

TALITA CÂMARA: Boa tarde a todos, meu nome é Talita, eu sou pedagoga aqui no Cras Posse.

MARINA RODRIGUES JESUS: Eu sou a Marina faço parte da equipe social do Fórum Itaboraí.

ANA LÚCIA CHAGAS: Meu nome é Ana Lúcia, moro aqui na Posse, e gostaria muito que pudessem ajudar a gente na nossa necessidade, porque é o quinto distrito, mas tem coisas que parece que mais de 100, porque às vezes a gente não tem solução, vem um fala uma coisa, tenta, mas fica sempre pendente alguma coisa.

LUCIANA DA SILVA BENTO DE SOUZA: Meu nome é Luciana, eu gostaria de pedir que a Posse não ficasse esquecida, nós estamos esquecidos, precisamos ser lembrando, nós não temos mas não só nós, nos nossos netos estão chegando, nossos filhos estão aí, nós estamos se indo. Precisamos de melhora, não só que fique no papel, mas sim na realidade.



LILIAN REGINA MARCÍLIO NOGUEIRA (Tia Lili): Boa tarde, eu sou Lilian Regina, moradora da Vila Rica, tia Lili... É, eu gostei muito de vir participar aqui na Posse com essas mulheres incríveis e poder fazer também junto com elas a minha transformação. Obrigado, eu gostaria que todas a ajudassem de verdade.

MARIA SANTINA: Meu nome é Santina, eu moro na Nossa Senhora de Fátima, e gostaria que fosse melhorado em tudo. Que a Posse é quinto distrito e é esquecida, desculpa ai alguma coisa, mas é verdadeiramente esquecida. Boa tarde a todos e muito obrigado.

LUCIANA DA SILVA BENTO DE SOUZA - Moradora da Posse: Se não fosse hoje a Cláudia, não é porque ela tá ali, que estou falando não, que a tia Lilia sabe que falei sobre ela, e falei com o Marcelo, se não fosse a Cláudia hoje, hoje muita gente não teria moradia, a gente não teria aluguel social, eu sou uma há 11 anos que eu vinha lutando para o meu aluguel social, se não fosse ela ali ó, ela largou filhos, família para lutar pela gente, porque a gente aqui somos esquecidos. Então, Cláudia o meu agradecimento por você. Obrigada.

SÔNIA REGINA DO ALTO AMEAL: Boa tarde meu nome é Sônia Regina, sou moradora, estou morando aqui na Posse lá na reta, perto do Beatriz Alesc, e tudo que foi falado aqui é a realidade e muitas outras coisas, não é só isso porque realmente a Posse, por ser o quinto distrito, eles não têm consideração nenhuma com a gente, eles não pensa na gente, eles trocaram, como pessoal mesmo falou, de primeiro Rio Bonito tinha de Itaipava para Rio Bonito, agora a pessoa tem que gastar duas passagens para chegar até Rio Bonito, porque uma pessoa foi lá e trocou, não quis mais que o ônibus fizesse Rio Bonito e eu acho isso um absurdo, porque tem pessoas que passa até necessidade ele é obrigada a pagar duas passagens para poder chegar na casa delas por falta de consciência das autoridades.

ELISIMAR GONÇALVES: Boa tarde meu nome é Elisimar, eu moro um ano e quatro meses, no bairro Nossa Senhora de Fátima, também sou vítima também dessa tragédia aí que teve, moro também de aluguel social e gostaria muito se um dia como a gente que mora de aluguel social não tem paradeiro né, infelizmente gostaria muito se um dia for embora da Posse e deixar uma Posse melhor para quem é daqui quem vai ficar aqui. Então eu queria fazer um apelo que essa nossa mensagem não fica só aqui no palco, fosse levada também adiante para que todos que tiver lá a oportunidade de ajudar a gente,



em alguma coisa para melhorar, vai ser de grande utilidade. Muito obrigado.

SANDRA REGINA GOMES ALMEIDA – Moradora da Posse: Boa tarde, meu nome é Sandra, eu queria que tudo que foi feito aqui não ficasse só aqui, mas saísse daqui para a realidade. Que nossos filhos nossos neto Quando a senhora falou precisamos de mudança que a Posse tá mudada, que ela vem trazer mudança pra cá. Obrigado.

MARIA ISABEL CARVALHO DE MELLO – Moradora da Posse: Eu sou Maria Isabel, eu o que eu peço pela Posse, um cardiologista para Posse, porque aqui a gente não tem, e faz muita falta para gente. Quando eu preciso ir, eu tenho que ir em Itaipava e pagar, tava R\$ 150,00 e fora os exames que a gente paga ainda, e uma boa tarde para vocês todos.

ARLETE APARECIDA VALENTIM DA SILVA – Moradora da Posse: É, boa tarde, meu nome é Arlete, eu sou moradora do Rio Bonito, agradeço também Cláudia, pela doação das fraldas geriátrica, tem uma mãe doente, e a questão do Pet, eu sei que para muitos não é valia, mas graças a Deus já está na Câmara né, uma documentação pedindo um PSA para os animais, e essa reivindicação minha é porque onde eu moro não tem quebra-mola, a imigração veio para Posse, as fábricas estão vindo para cá; nas fábricas tem quebra-mola em frente e onde estão os moradores? Tenho dois ofícios, há cinco meses fiz um pedindo quebra-mola, fiz não, pedi um representante público né, para fazer o quebra mola, para fazer o Ofício do quebra-mola. Estamos aguardando; tem uma mãe com Alzheimer, quando tava em casa não podia passear com ela na rua, é uma alta velocidade que parece o Ayrton Senna. Infelizmente aconteceu a tragédia com meu pet, e consegui graças a Deus, com a ajuda de muitos, que eu não sei se tem algum aqui presente, ele foi socorrido e tá andando e se fosse um ser humano? O que faríamos? Ignoraríamos? Pediríamos uma fila no sistema como alguns outros lugares e aqui mesmo na Posse? Fica no sistema e a pessoa morre. E o animal também? Vamos reivindicar ao respeito à vida, que é muito mais importante, independente de qual classe, e de que tipo de vida que seja. Obrigada a todos.

MARIA ISABEL SANGES – Moradora da Posse: Boa tarde a todos, meu nome é Maria Isabel Sanges, eu moro na Estrada do Brejal e o apelo que eu quero fazer é o seguinte: Será que o prefeito, o governador, poderia agilizar um esgoto perante o riozinho que desce na Estrada Brejal? Porque ninguém tem esgoto, se tiver pode ser bem poucas pessoas que têm esgoto, a maioria joga tudo dentro do córrego. Então, isso é uma judiaria, uma maldade com a água, entendeu e com a natureza, então eu gostaria de pedir esforço possível de alguém agilizar isso aí, tá! Meu muito obrigado pela presença de todos.



ISAQUE SANTA ROSA – Morador de Vila Rica: Então meu nome é Isaque Z, eu queria agradecer ao Fórum Itaboraí, a Thaís, a Marina, por colocar a gente em contato com essas mulheres maravilhosas, igual, ouvi muito falar da Cláudia Renata, ouvimos falar da Aninha, e o Teatro do Oprimido, nós estamos aqui para isso, para mostrar para vocês mulheres, que na verdade gente que sai aprendendo, que vocês podem ser essas atrizes da vida real, como a Cláudia Renata, como Aninha. É a hora de vocês também ser uma dessas mulheres que estão aí lutando, para poder, quando tiver que ligar vou ligar para Aninha, vou ligar para Renata, se não der vamos ligar para Luciana, vão ligar para Sônia, porque é a gente entrando em cena, não é só aqui no palco, não é só aqui na jornada, e para todos vocês que estão aí também que saber que nós esse é o nosso poder como cidadão. Eu falei uma frase no começo, que é o de Augusto Boal, que diz assim: atores todos somos, mas cidadão é aquele que modifica a sociedade, o lugar em que vive. Então que nós sejamos para além de ator, que a gente sai de dia, se arruma todo, sai todo bonito né, pra atuar na vida né, que essa nossa atuação também seja uma atuação política, para reivindicar esses nossos direitos que só vai ser alcançado com a junção de todos, se com Cláudia Renata e com a Aninha já conseguiu bastante coisa para Posse, imagina se todas essas mulheres aqui, todos nós, nós homens apoiando, por isso que eu tô aqui ó, eu Sempre sofro eu sou o homem, o homem do coletivo, então eu viro o homem o marido que não presta, o motorista que acelera, e assim vai, mas é eu faço isso com coração aberto, porque eu sei que, cara, eu sou filho de mãe solteira, eu sei que a luta da mulher é incrível, uma coisa que eu sempre falo vou repetir mais uma vez na vida que, mais da metade das pessoas do mundo são mulheres né, e a outra metade são os filhos delas né, então que viva as mulheres, e parabéns Thaís, parabéns Fórum.

THAÍ PAIVA: Bom, encerramos então a nossa apresentação, eu quero agradecer, mais uma vez, a todas essas mulheres e esse homem, que se dispuseram a colocar as suas histórias em palco, foram corajosas, em um mês a gente construiu esse trabalho lindo, forte, potente, que já levantou vários debates aqui, é e dizer que foi a primeira vez que eu tive a Lili e o Isaque como multiplicadores e parceiros, nessa iniciativa, ele já participaram da jornada no Amazonas, estão fazendo curso no Fórum Itaboraí de multiplicação de Teatro do Oprimido, e tiveram aqui na Posse multiplicando, então eu quero parabenizar e agradecer os dois, agradecer a Marina, e dizer que essa peça, ela é aos que estão, aos que virão, e é uma homenagem ao futuro, ao futuro da Posse.

ELISIMAR GONÇALVES: Eu queria fazer uma homenagem aqui né, uma simples palavrinha só, pra essa pessoa maravilhosa, aqui ó, é um exemplo, né mulheres?

Elisimar Gonçalves homenageia Lilian Nogueira, a tia Lili: Vocês meninas aí, moças, olha só que pessoa maravilhosa né, essa flor do dia, que eu apelidei ela né, de flor do dia né, que coisa linda, eu não tenho mais a minha mãezinha, mas essa daqui vem substituir ela aqui.

LILIAN: Obrigado! Essa mulherada tem uma potência, que só me faz chorar de alegria, só isso, é simples assim, muito obrigada tá, obrigada mesmo!



ALINE RICKLY - Depois dessa belíssima apresentação, vamos agora dar início às palestras. Convidamos então aqui para a mesa: Kelson Senra para falar sobre Direito à Cidade e à Moradia; Kelson é arquiteto, doutor em Planejamento Urbano pela UFF, mestre em Geografia pela Universidade de Brasília, e já foi Secretário de Habitação aqui em Petrópolis.

3 - PALESTRAS E DEBATES



KELSON SENRA

Arquiteto Urbanista e ex-Secretário de Habitação de Petrópolis

Eu vou puxar um fio aqui do direito, porque o direito à moradia vem lá do pós-guerra, tá na Declaração Universal dos Direitos do Homem e nem todos os países que são signatários daquela declaração incluíram isso na sua rotina, na sua política, nas suas leis.

O direito à moradia no Brasil foi inserido por uma emenda constitucional na Constituição de 88, em 2000, quase 50 anos depois da segunda guerra, embora a constituição já falasse muita coisa sobre programas habitacionais, mas não tinha isso incluído junto com a educação, com a saúde, no artigo 6 da Constituição.

É bom lembrar que na Constituição de 88, chamada Constituição Cidadã, o movimento nacional de reforma urbana levou uma proposta, se organizou nacionalmente. Eu era do Sindicato dos Arquitetos da Federação dos Arquitetos e Urbanistas, recolhemos a assinatura na rua para ter força a emenda que tratava de questão urbana ser levada para Constituição, e conseguimos lá em dois artigos: 182 e 183, longe da proposta que nós levamos, mas marcamos ali uma presença fundamental porque se estabeleceu na Constituição a função social da cidade. A cidade não é só para ter lucro.

A cidade é para o bem-estar da população. As legislações, as construções de políticas devem visar o bem-estar dos habitantes. A saúde de todo mundo. Então isso tá cravado lá em duas formas: na função social da propriedade e no direito a posse, a garantia de posse, que foi o usucapião urbano. Porque um problema sério da cidade é um problema de acesso à terra, a terra de qualidade, a terra urbanizada, a terra que foi sendo urbanizada depois de ocupada, mas esse é um direito que faz parte do direito da cidade, que foi inserido lá nos artigos 182 e 183.

E seguiu uma luta dos anos 90 por políticas habitacionais e pela regulamentação desses artigos constitucionais.

A regulamentação veio a aprovar em 2001 o estatuto da cidade que deu forma ao direito da cidade, explicou o que é o direito à cidade, que introduziu a governança democrática da cidade, que introduziu a lógica das políticas integradas do desenvolvimento urbano como um conjunto de itens, e não só a casa em si em particular, mas o acesso a infraestrutura, ao equipamento social e urbano, à mobilidade tão falada aqui hoje; um conjunto de itens que formam essa capacidade de ter um desenvolvimento urbano menos desigual. Porque a marca das nossas cidades, em particular no Brasil, em particular nos grandes centros, é a desigualdade. É por isso que na Posse, não tem um ônibus e você vê em Ipanema tem 20 ônibus passando um em cima do outro.

Então, é a desigualdade que marca a cidade grande, metropolitana, e nós entendemos que isso tem que ser compreendido nas suas diferentes escalas, seja aqui dentro da Posse, seja no Município de Petrópolis, seja na região metropolitana como um todo, seja o papel do Estado, o papel do Governo Federal, porque todos têm responsabilidade nisso e é difícil a gente tratar disso e articular todos esses aspectos que estão interligados, mas eu acho que é bom vocês entenderem essa lógica de políticas que foram tentativas de construção ao longo dos anos, pra gente ver o tamanho do desafio, da complexidade.

Em 2005, os movimentos de moradia conseguiram aprovar o sistema nacional de habitação de interesse social. Isto foi uma luta de movimento de moradia. À época, eu era governo, tava lá apoiando a construção desse Sistema Nacional, que já tem reflexo na leitura de outras políticas nacionais que tiveram mais sucesso como é o caso da saúde. Então esse sistema foi implantado, mas não foi efetivamente chegando nos municípios e nas populações, por quê?

Em 2009, veio a força do poder econômico e o dinheiro da Habitação foi todo dirigido para o programa Minha Casa Minha Vida, que repetiu um modelo de construção de Habitação lá dos anos 70, grandes conjuntos, nas periferias, sem necessariamente estarem com todos os requisitos de enfrentamento e equipamentos. Vivi isso plenamente depois de sair aqui de Petrópolis, onde fui secretário de habitação em 2011 – 2012. Implantamos muito Minha Casa Minha Vida lá, com enorme dificuldade para fazer chegar em terrenos mais apropriados, mais dentro da malha urbana, para fazer chegar o equipamento social, brigando, conversando com a diretora: não a senhora tá aqui, vamos ampliar essa escola, vamos aumentar aquela, para poder acomodar todo mundo, arrumando o transporte para as crianças, para educação, e uma grande batalha para poder garantir um mínimo de condição de vida ali de equipamentos, de infraestrutura, para aquelas populações da Minha Casa Minha Vida.

Nessa iniciativa de Minha Casa Minha Vida os movimentos sociais ficaram muito acanhados, embora tivesse um partido, um partido importante no nível Federal, de se dedicar aos movimentos de entidade, o Minha Casa Minha Vida identidade só conseguiu construir 2% do número total de moradias, é muito pouco. Nós temos que nos organizar muito mais para poder conseguir conquistar uma lógica de política de habitação que seja com mais amplitude no meio comunitário.

Foram feitos esforços para isso aqui em Petrópolis, a gente fez um plano de habitação de interesse social que está previsto na lógica do sistema, lá em 2012, mas os planos em geral, de habitação, os planos de mobilidade, os planos de saneamento, têm tido um alcance muito pequeno; não se consegue implantar. Não se consegue implantar porque não tem o direcionamento de recurso para esse sistema de habitação. Mas são importantes referências, porque tem bases técnicas. Aqui, em Petrópolis por exemplo, se dizia que não havia terreno para se plantar habitação. O plano foi lá e levantou: tem um terreno aqui, tem outro, tem três, tem quatro, tem cinco, tem 10, tem tanto, tem tantos mil metros quadrados, que se forem desapropriados, viabiliza a implantação de habitação aqui, Petrópolis, em diferentes distritos.

Então se a gente tem a iniciativa de superar as dificuldades, encara as dificuldades que tem, as limitações que tem, como vocês demonstraram fazer aqui hoje, acredito que é possível encontrar soluções para as questões que estão colocadas para cada um, para cada bairro, para cada cidade, para cada região metropolitana.

Nós acompanhamos uma outra política, que é a política da região metropolitana. Acho que é importante a gente reconhecer isso. Então, estamos aqui na Posse, aqui tem Petrópolis, aqui tem um grande Rio, os problemas não são muito diferentes. Todas as escalas têm que estar trabalhando pelo mesmo objetivo.

Em 2015, por iniciativa de arquitetos urbanistas, que trabalham com desenvolvimento urbano há muito tempo, foi o Deputado, na época, José Ribeiro, buscou-se criar orientações para uma política Metropolitana que tá muito longe da nossa realidade no dia a dia mas ela é importante, ela coloca projeto estruturantes para uma região como um todo, e foi assim que foi revisada a constituição da região metropolitana do Rio de Janeiro em 2018, tendo sido incluído Petrópolis, que não participou do planejamento da região metropolitana, mas que agora por força do Instituto Rio Metrôpoles foi feito um encarte, foi incluindo Petrópolis. Eu não sei se vocês tomaram ciência dessa política da região metropolitana.

As questões municipais se repetem aqui nesse encarte de Petrópolis. Alguém chegou a participar disso? Da construção desse chamado encarte Petrópolis para o plano Metropolitano? Pra vocês verem. Olha, assim é a luta. Não é fácil, e não é curta. Não tô falando de corrida de 100 metros. Não gente, é maratona. E as decisões que a gente toma enquanto movimentos sociais são muito importantes.

Eu quis lembrar isso lá, na Constituição, foram os movimentos sociais que foram colocar lá o direito da cidade. Lá nos anos 90 foram os movimentos sociais que foram lá batalhar pelo pela regulamentação pelo estatuto da cidade.

E vocês não pensem que foi fácil, porque lá naqueles anos 90, existia gente que achava que tinha que dirigir esforços para regulamentar essas políticas públicas em termos de lei e tinha outros grupos que achavam que tinha que valer mais o esforço de organização comunitária, de atividade, que fosse de ocupação de terra, de imóvel, que fosse na prática uma manifestação muito mais contundente do que foi do que nós fizemos.

Nós nos dirigimos muito nos anos 90 para o Congresso Nacional. Talvez tenhamos errado nisso. Eu me lembro que nos anos 80, nós temos a articulação Nacional do solo urbano, Miguel Baldez, fora pessoal da UERJ; o propósito era se fazer como um paralelo ao MST no campo. E nos anos 90, essa atitude essa iniciativa não prosseguiu, pelo menos não com a força que nós imaginávamos que ela deveria prosseguir na âmbito da cidade. Não é fácil tratar de direito à cidade e direito à moradia.



Mas eu acredito, se nós compreendemos que é esse esforço de articulação que nós temos, a potência desse esforço é que pode levar algo à frente, inclusive lembrar do passado. Nos anos 80, a gente tinha a FAMERJ. Quantos movimentos, que nós fizemos na associação de moradores e FAMERJ com as associações de comunidade na zona oeste?

A gente trabalhou com regularização fundiária, uma associação de loteamentos locais, hoje não é possível pensar nisso. A região está completamente dominada por outro tipo de grupos.

Então nós temos que pensar no curto, médio e longo prazo em construções de organização comunitária e reconhecendo a potência que ela pode ter, tanto para o seu bairro, para o ônibus, que vai aqui para Rio Bonito, quanto quando tiver um movimento iniciativa na escala do município, ou lá na escala do Governo do Estado; também acreditar, e também reforçar e também procurar, porque não é papel só da prefeitura resolver os problemas.

Agora nós temos MTST, temos outras iniciativas que estão aqui na cidade de maneira muito mais pujante, e que tem que se valorizar e apoiar essas iniciativas aqui hoje.

Eu queria falar mais de um tema aqui, que é o plano diretor. O plano diretor Municipal ele é o plano que tem o papel e a responsabilidade de dar o direcionamento para o desenvolvimento urbano. No entanto nós não estamos conseguindo fazer com que isso aconteça com o tempo, nem os planos diretores participativos que foram montados lá nos anos 90, conseguiram chegar nisso.

Não teve o resultado que se esperava de avaliações do Observatório das Metrôpoles, de universidade. Os planos diretores necessitam de uma revisão do seu formato. Não adianta mais ser só indicações a longo prazo, indicações para outras políticas. Eles são de mais efetividade e são renovados a cada 10 anos, e é uma Peça fundamental dentro da estrutura política das políticas públicas do desenvolvimento urbano.

Esses instrumentos e essas políticas acontecem ora de maior interesse para um grupo aqui, outra hora de maior interesse pelo grupo lá, mas tem sempre alguma coisa acontecendo; há uma organização comunitária disposta a perseguir isso, perseguir a participação e defender a posição de cada bairro, defender a posição da cidade. É possível conseguir benefícios direto para cada Comunidade.

Então eu só tenho que valorizar, agradecer ao convite, valorizar muito essa iniciativa. Tomara que tenhamos várias iniciativas como essa, para ajudar cada vez mais, a mobilizar as comunidades em busca do direito à moradia e o direito à cidade. Obrigado gente!

ALINE RICKLY - Agradecer a participação da Márcia Tinoco Gomes, que é do Conselho Municipal de Saúde, e ao Ronaldo Ramos, que é vereador da Posse, e atualmente ocupa o cargo de Secretário de Obras. Bom, a gente vai abrir para perguntas.

LUCIANA DA SILVA BENTO DE SOUZA – Moradora da Posse: Boa tarde a todos. Eu não moro no Xingu quem mora é minha filha. Começaram a botar umas manilha onde ela mora. Ela é cárdio; se ela tiver que descer, aonde ela mora, se tiver chovendo, ela não pode descer; a sogra dela também tem problema de saúde não pode descer, depende de carro, e vocês sabem que dinheiro não tá fácil. Ontem mesmo, ela tinha que descer mas ela não pode descer porque tava chovendo e muita lama. Ela já tomou vários tombos lá, e falaram que ia arrumar a rua. Então a gente queria saber, como ela não tem coragem de perguntar, eu estou perguntando por ela, eu queria saber quais são as providências que vão tomar pela estrada do Xingu?

VANDERLEIA DA SILVA ANDRADE – Moradora da Posse: Meu nome é Vanderleia, eu queria saber se tá disponível essa cartilha? E outra, eu queria; falando bastante, casas populares, moradia, você precisa saneamento básico. A maioria não tem e aqui na Posse bem carente é só situação de saneamento básico.

CLÁUDIA RENATA DE ALMEIDA RAMOS - Moradora de Córrego Grande/Posse, Presidente da União por Moradia e Aluguel Social: Vamos lá, porque falar de moradia né? Pra mim que tô aí na luta há 10 anos, são 10 anos de Movimento do Aluguel Social Moradia de Petrópolis, 8 da Comissão Legítima das Tragédias da Região Serrana, então sozinho fica difícil e infelizmente em Petrópolis os movimentos sociais na luta por moradia é um pouco complicado. Seu Maurício tá aqui já me conhece (Se refere ao Diretor Municipal de Habitação e Regularização Fundiária, presente na audiência).

O que eu queria fazer uma pergunta para o senhor que já teve justamente em 2011, onde foi a tragédia a qual eu perdi a minha casa, ali na estrada de Teresópolis, e aí o que que o senhor acha que acontece em Petrópolis? Porque não se tem essa mobilização toda.

Hoje em Petrópolis só que tem dois movimentos na luta por moradia em si: que é o meu e o do Sagatti. Alguns, não sei se conhecem o Marcos Borges Sagatti. Então hoje só temos dois movimentos e nós não somos apoiados. Geralmente olham pra gente como inimigos. Os vereadores acham que nós somos inimigos ou somos concorrentes. Porque infelizmente na nossa cidade, muitas lideranças comunitárias usam a Associação de Moradores como degrau político.

Por exemplo, eu bato muito no grupo da União das Lideranças, que é um grupo que tem mais de cem lideranças comunitárias da cidade, que de Itaipava até a Posse ... Cadê os presidentes das associações? Não se tem.

No Taquaril até aqui a gente só tem o seu Sérgio, que tá aqui. Seu Sérgio do Taquaril e o seu Carlinhos que ficou no lugar do Marquinhos da Light, que é da Associação de Moradores e Amigos da Posse, estão aqui? Não, eles são representantes do movimento.

Pois é, então eles são da associação de moradores, e era para a gente andar em parceria. Porque a liderança Comunitária, o líder, o presidente da associação, ele não tem que só se restringir a esgoto, luz, água e capina. Porque é o que acontece em Petrópolis. Os presidentes das associações hoje, eles só visam essa parte tem luz no bairro? Tem asfalto? Tem alguma coisa? Tá aí minha amiga Roberta, tô mentindo Roberta? Não.

E aí chegamos nós, porque a Roberta se inclui hoje como a liderança junto com a CUFA também que chegou aqui em Petrópolis, pra dar essa moral pra gente, porque eu como não fico num lugar só, fui buscar ajuda fora. Então hoje, eu tenho uma ajuda das Comunidades do Rio de Janeiro, dos representantes e da Região Serrana porque foi aonde eu criei a comissão.

A ideia da comissão foi uma ideia minha, onde eu busquei as outras representantes de outras cidades: Teresópolis, São José do Vale do Rio Preto e Areal, onde a maioria viu ontem a gente entregando 153 unidades habitacionais para as famílias de 2011 em Areal.



E foi muita luta. E ontem eu tava lá. Então eu queria saber do senhor o que que o senhor acha sobre isso, porque essa desmobilização aqui em Petrópolis? O que acontece? Porque dificilmente a gente conseguir uma parceria com poder público.

Hoje, por causa da União, da Secretaria de Assistência Social com Habitação, que foi uma coisa que eu sempre pedi, não é de hoje! Eu sempre pedi essa união, porque era muito ruim a gente ter que discutir com dois secretários diferentes. Eu sei que é uma pasta muito pesada. É uma pena que o Fernando (Secretário de Assistência Social) não tá aqui, porque hoje em dia eu falo para o Fernando quase todos os dias.

Mas hoje eu não posso reclamar, eu tenho conseguido um diálogo com o governo Municipal, com o governo estadual e com o governo federal que tem hoje colocado em pauta a importância das lideranças na luta por moradia. Hoje o governo federal quer escutar o que a gente acha, o que a gente quer, o que a gente acha que tem que estar nesse plano.

Semana passada eu participei de uma reunião dessa, onde eles me perguntaram: Como é que tá aí? A Defesa Civil tá fazendo o trabalho dela aí corretamente? Te chamam para participar? Você faz parte dessas coisas?

Então hoje, o Ministério das Cidades e o Ministério da Secretaria de Favelas, que o Guilherme já teve aqui em Petrópolis. O senhor falou uma coisa de dar ocupação, eu lembro que quando Guilherme veio aqui, não sei se ele ainda faz parte do MST, eu trouxe Guilherme aqui lá no CDDH e a gente foi fazer umas vistorias justamente no terreno do Catitu, Benfica e Cuiabá. Eles estiveram comigo. E a gente foi visitar o Catitu. Ele: Cláudia, aqui não dá pra fazer ocupação, aqui tem rio, e era o terreno que é lá. No Independência também nós fomos, e ele achou muito difícil. Quando a gente entra na luta, a gente entra com sangue nos olhos; aí a gente acha que a gente quer ocupar tudo que vem pela frente, porque era na época 1.500 famílias precisando de casa, só que não rolou, porque até por causa da mentalidade, da localidade, a gente tem que respeitar a localidade e isso tudo.

Então era só isso que eu queria que o senhor desse mais pincelada, e obrigado pela oportunidade, que eu acho que esse debate tem que ser aqui na Posse é essencial, tá ali a foto do conjunto, ao qual eu moro né, um conjunto que tava no PAC das Encostas, que foi junto com a Praça Céu, junto era o conjunto e o polo industrial. A Praça Céu saiu daqui; o conjunto não terminaram até hoje, ainda falta o bloco 8 e 11 que tá saindo, agora, e tá cheio de vícios construtivos que ainda CEHAB tá reparando e a Prefeitura vai começar a fazer os reparos dos outros blocos também que você teve até hoje. Sem o Habite-se, sem uma documentação .. e eu queria também perguntar: Qual é a dificuldade que se tem nesse trabalho de documentação?. Por que esse emperra tanto?

Hoje eu tive uma reunião com a Caixa e a gente estava conversando sobre isso, como é que é complicado ter a regularização desses imóveis, mesmo depois de tantos anos. E o senhor falou, é uma luta muito grande, muito, muito grande.



Isso aqui é bom para as pessoas que estão aqui da Posse, saberem que não é fácil, não está fácil estar no meu lugar. Eu, tem dias que eu falo: gente eu não quero mais ser a Cláudia Renata não, quero ser outra pessoa, porque tá pesado, tá pesado morar na Posse. Tem dias que eu quero sumir daqui. Eu falei que desse tempo todo de tragédia, morando de aluguel social, aqui foi o pior bairro que eu morei. Foi o pior bairro, não pelas pessoas; por se conquistar as coisas. É um bairro que a gente custa arrumar um ônibus, Ana Maria ela era minha vizinha de rio em Benfica, não é Ana Maria? Tia Lili, Vila Rica, eu morei três anos no Vila Rica de aluguel social, de aluguel social, e a gente fez um trabalho lindo no Vila Rica, não foi? Porque eu já fazia esse trabalho lá no Vila Rica, sempre fiz.

Então as pessoas da Posse precisam saber que aqui eles têm que fazer parte da história e eu tô muito feliz hoje com as minhas meninas da Vilinha tão lá, e as minhas meninas; levanta a mão meninas e tudo que eu falo com elas participem, não é? E elas estão ali. Moram num lugar que precisa colocar um asfalto, ali naquela entrada ali dos controles, tá um lameiro danado, água ... tá aqui a diretora, que a nossa parceira Gislaine, que se não é ela também a gente não consegue fazer algumas coisas.

SÔNIA REGINA DO ALTO AMEAL – Moradora da Posse: Boa tarde! Eu tô com um problema sobre o aluguel social. Porque, eu tive um problema com meu filho, e eu queria tirar ele da onde a gente morava, e eu consegui uma casa lá no Morro da Oficina. Só que tem uma coisa. Em dois meses, em 15 de fevereiro, era o dia que eu ia buscar a documentação para pedir o relógio para o meu nome, que o homem tinha duas casas e ele não pode vir para cá para Petrópolis; ele tava em Minas, ainda era a pandemia, a mulher dele grávida, então no dia 15 de fevereiro foi que ele marcou comigo para me buscar a documentação, porque eu queria tirar meu filho da onde a gente tava morando o mais rápido possível pela situação que a gente tava passando.

Aí, eu adquiri essa casa, meu filho não estava aqui em Petrópolis, tava internado numa escola socioeducativa, e só que quando eu fui fazer os papéis do aluguel social, eles me pediram a declaração da associação de moradores. Eu falei com eles, eu não tenho documento da casa, eu não tenho documento de nada, porque eu tive que sair, arrumar essa casa rápido para quando meu filho saísse lá de baixo, a gente não tá na onde a gente morava mais. Só que agora dia 24 eu fui renovar esse aluguel e foi falado para mim que não aceita mais a coisa da associação, o papel a declaração da associação de moradores.

Aí eu expliquei para a moça, aí ela falou assim: Ah, mas você nunca foi no posto médico. Como que eu fui no posto médico lá, se eu morava lá, eu adquiria a casa lá, mas eu não participei de posto médico, eu só fui no pronto-socorro do Alto da Serra enquanto eu morava no Independência. Como que foi falado negócio de cardiologista, o meu problema é cardiológico, então eu preciso de um cardiologista. Nem lá tem, nem aqui na Posse tem. Então, quando eu preciso de um cardiologista eu tenho que pagar a consulta. E ela falou que infelizmente para mim renovar esse aluguel social, eu vou ter que entrar na justiça, porque eu não vou conseguir renovar, porque eu não tenho declaração, só tem da associação de moradores e eles não querem mais.

Aí, como você falou, a luta é grande. E agora eu falo, o governador colocou um aluguel de R\$ 1.000,00, já é um sacrifício, como que eu vou pagar? eu não tô trabalhando, porque quando eu enfartei em 2018, eu era funcionária pública, o Bernardo Rossi, por eu participar da greve, me exonerou, eu de licença médica, eu fui exonerada, eu coloquei na justiça começou a pandemia, quando eu ia ter audiência, não consegui. Depois que acabou o negócio da pandemia, a advogada me aconselhou conversar com prefeito, para ser colocado no quadro de novo, mas só que também eu não consigo falar com prefeito.

Aí eu não vou conseguir renovar eu vou morar aonde? Vou morar na rua? Porque eu não tenho onde arrumar essa declaração. Eu não posso falar e o justamente o dono que era da casa, que ia me entregar o documento, no dia 15 ele, a esposa e os dois filhos faleceu na barreira que desceu; eles estavam

lá, eles faleceram. Então eu não tenho nem contato com ninguém da família dele, que eu não conheço a família dele, não conheço nada. Aí o que que eu vou fazer da minha vida? Sem emprego e correndo risco de não conseguir renovar o aluguel social. Não correndo não, porque com certeza a mulher já falou para mim, que eu vou ter que entrar na justiça para poder renovar.

AMILTON DA SILVA OLIVEIRA – Líder Comunitário da Comunidade Primeiro de Maio: Boa tarde a todos, meu nome é Amilton, sou da Primeiro de Maio, Madame Machado. Regularização fundiária. O assunto me chamou atenção, porque a gente vive isso também. A gente tá passando esse processo há mais de 36 anos que nós moramos lá; também não tem a regularização fundiária, e é um problema sobre a declaração residencial. Eu como presidente da associação, a gente faz muito esse papel e a gente tem esse obstáculo de você chegar em algum órgão público. Já chegou a Água do Imperador, ao ponto de pedir essa declaração a moradores chegar até a mim. Eles não aceitam porque na cabeça da empresa deles a gente não existe, porque a gente não tem a regularização fundiária eles são invasores, e invasores que não tem documento, para eles é arrumar essa burocracia. E a gente tá vendo aqui falar sobre a regularização fundiária, a gente vê um descaso muito grande do órgão público, porque não se saiu um monte de uma verba tão grande dessa uma comunidade que já tem 36 anos e não conseguia regularização fundiária. Porquê não conversar com a comunidade? Não chegar à comunidade e apresentar. A gente tá lá, passando essa dificuldade, não recebemos o tratamento básico que a gente precisa igual todo mundo aqui. A gente fala de ônibus, a gente fala de saneamento básico, a gente fala de qualidade de vida, a gente fala de educação, ser uma comunidade a qual hoje ela tá crescendo e já tem mais de 4.000 moradores, e a gente tem uma escola pequena, creche aonde não consegue atender toda a comunidade, porque esbarra tudo esbarra porque nós somos invasores, porque a regularização fundiária ainda não chegou. Houve várias situações, teve vários documentos apresentados na nossa comunidade na época, é que foi documento da regularização fundiária oferecida pela prefeitura, um documento só formal, não é o título de propriedade, a gente temos lá, e não foi acertado aí dessa documentação.

E hoje se eu chegar na prefeitura e falar de Primeiro de Maio eu acho que ele nem sabe, confunde as duas primeiras de Maio, a Primeira de Maio de Madame Machado que é Itaipava, e Primeiro de Maio que é no centro.

Se eu chegar lá e falar Primeiro de Maio ninguém conhece. Só se assemelha Associação a Primeiro de Maio com, se eu colocar Primeiro de Maio Madame Machado. Ah então é lá embaixo em Itaipava!

Então a gente tá fora do mapa, a gente quer ser reconhecido também, porque somos cidadão e regularização fundiária ela tá aí, aonde foi parar esse dinheiro todo para poder fazer esse trabalho? A gente tá aqui, vendo essa dificuldade que ela tá passando; na comunidade a gente passa essa dificuldade, tem a dificuldade de você chegar lá fora para poder reivindicar alguma coisa. Eu já passei, é, pessoas pegar um terreno que não é não pode ser pego, não podia ser invadido e chegar lá fora e fala assim cara vocês são invasores porque tá querendo se doar por aquilo? Mas espera aí, não pode ser invadido esse, eu tô vindo aqui buscar o meu o direito, e vocês estão me negando ele, porque estão falando que eu sou invasor.

Então quer dizer porque eu não pago imposto, eu não existo né? Então a gente tem hoje que a gente vê aqui me chamou muita atenção ali, porque a gente está vivendo esse processo, e a gente, a comunidade, está pedindo socorro né?

Hoje uma palestra pública, a gente tem várias comunidade e a gente tá pedindo socorro, as comunidades tão pedindo socorro, as comunidade daqui de Itaipava aqui, é o terceiro distrito, e nós lá no segundo nós estamos pedindo socorro. Nós estamos pedindo socorro e não estão sendo vista hoje é uma oportunidade de estar aqui até um ponto desabafando, porque eu sou uma liderança, eu cresci dentro da Primeira de Maio, eu vi a transformação no meu bairro e hoje eu vejo o descaso que está

acontecendo né?

E a gente hoje tem um processo e o ITERJ abandonou a gente, como falar com ITERJ abandonou o processo, prefeitura abandonou o processo, e a gente tá lá a mercê e agora? Vamos se acontecer uma situação comigo morreu meu pai e minha mãe nós temos nossa casa nós não podemos dividir nossa casa, porque a casa de quem tá dentro. Quem tiver dentro do meu sobrinho pular para dentro da casa dele, porque a gente não consegue fazer esse trâmite, porque eu chego na promotoria pública a gente não pode fazer nada. Então acho que é um descaso muito grande com conosco, a regularização fundiária acho que tem que tratar ela por mais carinho e com mais dedicação a todos, nós todos, o pessoal da vítima das enchentes, o pessoal que mora de aluguel, e nós que estamos ali, porque nós lutamos para tá ali. Meu pai e minha mãe, lutou muito para ter aquela moradia que nós não tinham nada, moravam de aluguel e fomos ter nossa propriedade. Hoje nós cuidamos e zelamos por aquilo, mas não temos um documento para dizer que aquilo lá é nosso. Da mesma forma que eu não consigo, ele pode chegar a prefeitura e tirar todo mundo de lá falar com aquilo não é nosso, que nós temos o documento daquela propriedade, é só até aqui tá, obrigado.

FELIX ROSENBERG – Que eu saiba tem dois presidentes da associação: Amilton da Primeira de Maio e o Hélio da Associação de Moradores do Oswaldo Cruz. É, a Cláudia mencionou a necessidade de fortalecer, criar, associação de moradores, eu queria só para lembrar, primeiro que, estávamos aqui, poder público e comunidade, não esquecer isso. Quando você fala que está esquecida, mas Cláudia Renata esteve conosco no Amazonas, estamos tentando não esquecer, tanto assim que, o próprio poder público municipal que se fez presente, com várias secretarias e esse é o nosso caminho. Daqui nós vamos a Vila Rica, e daí esperamos continuar seguindo.

Mas eu queria dizer que isso vai ficar registrado, como foi no Amazonas; nós fizemos um caderno, que foi encaminhado a prefeito e às autoridades municipais, ou seja o que se discute é comunicado formalmente, encaminhado às autoridades, de maneira que não é em vão tudo que vocês estão falando. É justamente esse é o propósito de fazer uma jornada assim com a comunidade.

E só lembrar que eu acho que todos vocês têm que assumir, com muitíssima ênfase, talvez com a máxima prioridade, constituir associações de moradores, organização da comunidade. Se a comunidade não se organiza vai ser absolutamente impossível transformar a realidade. Eu só queria deixar isso, antes de continuar.

KELSON SENRA: Então têm muitas questões aqui, mas, primeiro eu queria registrar minha solidariedade aqui com todas as lideranças e com todos os moradores que vieram falar aqui. Os problemas são reais e cada um deles merece toda atenção possível. Eu acredito que eu não vou conseguir dar um tratamento mais aprofundado para cada assunto que foi falado aqui, mas eu quero fazer alguns registros.



Amilton, regularização fundiária é uma situação mesmo demorada, mas tem que tomar iniciativa. Talvez seja o caminho, tem que verificar melhor qual é a sua situação, mas a Defensoria Pública é um caminho. Existe a lei da do usucapião coletivo existem parâmetros para isso. Tem todo um fundo técnico com as coisas que não adianta a gente brigar com o mundo.

A gente tem que entender o que que é, e quais são os caminhos possíveis, e o que é possível fazer, mas a iniciativa é importante e parabeno você por essa preocupação, porque nem todo mundo tem essa preocupação com a regularização e ela é importante.

Então você tem órgãos que trabalham com isso dentro da prefeitura hoje eu não sei como está organizado, mas certamente tem alguém que se preocupa com isso. No estado tem o Iterj que trabalha com a questão da terra, no governo federal tem a secretaria que cuida especificamente da regularização fundiária, e tem também a parte da Defensoria. Acho que essa iniciativa de vocês é importante, se tiver apoio de alguma instituição que seja técnica da área de engenharia, da área de arquitetura, para ajudar viabilizar as plantas, viabilizar o estudo, que dá viabilidade à regularização do seu assentamento e isso serve para os outros; ela é importante de ser tomada. Acho que esse é um caminho de iniciativas que vocês podem tomar.

A parte do aluguel social, é colega Sônia, a gente com a burocracia pública, a gente tem que ter o máximo de cuidado. Se é necessário um documento a gente tem que correr atrás daquele documento, sabe porque? Se quem tá do outro lado, quem é quem tá na gestão, ele é cobrado por entregar todos os documentos que têm que ser entregues. Eu falo aqui, vou abrir um parêntese, que eu fui em movimento social desde que eu me formei em 84 até 2003 quando entrei no governo Lula, em Brasília, foi lá ajudar a construir o Ministério das Cidades. Aí virei vidraça né? E fui exercer um papel que também foi no nível Municipal e no nível estadual, dentre as dificuldades que tem para ser gestor público nesse país, porque não é fácil, não é fácil gestor, a gente também tem que seguir toda uma rotina, tem que seguir toda uma legislação.

Então quando tem que ter um documento, se a gente não consegue sozinho, procura a secretaria de Assistência Social, procura outra, outra instituição que possa ajudar, às vezes na igreja... porque tem que ter os documentos.

É lá em Caxias, quando eu fui na habitação em Caxias, eu tinha uma equipe enorme de assistente social. Um primeiro trabalho que as assistentes faziam era regularizar a documentação das famílias para poder assentar. Quase nenhuma tinha documentação toda organizada.

Então esse trabalho da documentação lá do aluguel social e de outras coisas, tem que ter ajuda, tem que ter para poder ter o direito. Melhor seria se ninguém tivesse no Aluguel Social. Porque isso foi uma política feita para ficar dois três meses, e passa 10 anos, mas é!

Então é uma situação recorrente, porque ainda não se resolveu o problema de todo mundo de 2011; já teve um problema agora, e a mudança climática continua, os assentamentos que estão em risco, estão novamente em risco, e daqui a mais 10 anos, que é a sequência ela comum de cheias, pode acontecer um outro acidente.

Então, a escala da questão da Habitação aqui em Petrópolis é enorme. O município não dá conta. O Estado tem que ter muito investimento do Estado, e tem que ser no Federal.

Quando eu fui secretário aqui, nós fizemos muito pouco. O Minha Casa Minha Vida não dava as condições para a gente construir aqui, porque construir aqui, era mais caro e ainda deve ser do que lá embaixo no plano, lá na Baixada. Tem a restrição da terra e tem a própria restrição da construção, que aqui é mais caro do que lá embaixo no plano. E o governo federal não nos ouviu, ou não nos ouviu a tempo para entender que aqui precisava de um valor para construir que fosse diferenciado, do que naquele lá de baixo.

Então nós fizemos muito pouco naquele momento ali e com muita boa vontade que nós tivemos. Mas sabemos que essa sensibilização, ela pode acontecer por mobilização de comunitária onde, é

um diretor da Habitação ou um funcionário do estado como eu tô hoje, não consegue isso!

Isso é preciso ter pressão de comunidade para poder mostrar, olha o tamanho do problema, olha que isso, vai acontecer de novo, olha que nós precisamos de mais investimentos, botar isso na escala Nacional, botar a boca no trombone, mobilizar as pessoas, porque é essa a realidade, que nós enfrentamos aqui em Petrópolis. As questões são muitas aqui, não vai dar para falar em todas.

Mas eu queria falar mais uma. O saneamento. Saneamento é uma luta também. Agora nós acabamos de passar por um processo de concessão nos municípios do Grande Rio em vários municípios do Estado. É, tem lá um fórum que estão dizendo que vai funcionar, esse fórum para poder acompanhar as metas de implantação daquilo que está previsto na no contrato de concessão do saneamento, da região metropolitana, tem que ocupar lá, tem que participar e não pode ser só participar nesses fóruns. Tem que participar nesses fóruns, mas com uma organização atrás. Não adianta ir sozinho lá para um fórum desse e ficar representando ninguém, tem que ter organização atrás, aqui que fala assim, olha, nós representamos os fóruns tal que são de tais municípios, de tais periferias e lá tá faltando saneamento. Tem que expor isso. Tem que fazer isso disso uma luta política pelo menos esse é o meu entendimento, porque não é só aqui.

Gente, toda Periferia da Região Metropolitana e na periferia dos Municípios é, permanece aquela desigualdade que eu falei. A infraestrutura, equipamento social, saneamento, ele é muito mais precário na periferia, nas áreas de ocupação informal, do que nas áreas mais ricas que são poucas na nossa região metropolitana.

Também Cláudia Renata, não desamina! Você demonstrou aqui, que tem um potencial enorme sabe? Se você agora, é pedir pessoas como você, que a gente espera que venham mobilizações de comunidade de grupo. Porque é nessa linha. É uma construção longa, mas é esse, é o trabalho de formiguinha que vai levando a frente. E não é só aqui! Essa situação que você diz que tá aqui na Posse, também tá em outros locais. Os movimentos sociais, no seu sentido mais amplo, têm que voltar para isso. Eu era sindicato. Sindicato atuava junto com o movimento social lá na ponta, fazendo para regularização fundiária lá de loteamentos na zona oeste. Isso acabou há muito tempo. Os conselhos profissionais que hoje falam em assistência técnica da habitação de interesse social, a ATHIS, precisam colocar isso na prática. Fazer funcionar não só no discurso, mas mobilizar profissionais para isso enquanto o movimento social e não só ficar esperando que o estado faça.

Então são muitas iniciativas, e eu parabeno em particular, da gente tá podendo reunir aqui, é, órgãos públicos né, como a Fiocruz e a Prefeitura; eu sou do Estado; e organizações comunitárias numa mesma sala, discutindo as possibilidades de encaminhar a luta do direito da cidade e tomara que isso aconteça em muitos locais, se eu puder ajudar, contem comigo. Parabéns a vocês!

ELISIMAR GONÇALVES – Moradora da Posse: Senhor, por favor, me responda uma coisa. Se a gente que perdeu a casa, perdeu tudo e a única coisa que restou foi um documento da associação de moradores, como vai fazer valer esse documento, se a única coisa que a gente tem? O senhor sabe responder, por favor? A que caminho devo seguir para esse para esse documento ser válido que a única coisa que eu tenho e acredito que a minha amiga ali também só tem esse. E a gente não tem outro documento.





MAURÍCIO VEIGA - Diretor de Habitação e Regularização Fundiária: Isso é mais a Assistência Social. Eu sou mais voltado para habitação e regularização fundiária, mas eu vou pedir para anotar os telefones de vocês, e vou me informar disso lá.

Talvez a Cláudia Renata possa ajudar; mas eu queria só abrir um parêntese, com relação a Primeiro de Maio na Madame Machado, que a gente fala isso mesmo, é Primeiro de Maio no centro Primeiro de Maio na Madame Machado. Falar com Amilton que o processo lá da Primeiro de Maio é muito enrolado envolve ITERJ, envolve a antiga COFLUHAB, de um problema de hipoteca, a prefeitura deu baixa nessa hipoteca.

Mas aí, voltando no que você falou, é importantíssimo a participação das associações de moradores, porque às vezes a gente quer resolver e não consegue, e precisa da ajuda de vocês, então eu vou entrar, eu já peguei o telefone do Amilton, eu vou ligar para ele. Eu vou te ligar, no mais tardar na semana que vem, pra gente se encontrar lá na prefeitura, porque ele deve conhecer, a Joceli trabalha na habitação e ela sabe a história daquela Primeiro de Maio toda. Ela tava mandando mensagem para mim aqui que eu perguntei a ela. Então é bom que você vai lá, e veja isso.

Agora é rápido! Eu só queria dar um exemplo de como uma regularização fundiária começou a caminhar com a participação da comunidade, com a participação até de órgãos. A Vila Cegeia, que é um terreno que o exército doou para uma comunidade, e as pessoas estão estabelecidas lá dentro com uma condição muito ruim, aí um dia conversando com o pessoal do CDDH, e isso tem pouco tempo, eles disseram que receberam uma verba do exterior que estavam procurando aonde gastar esse dinheiro. Como o dinheiro não era muito me veio na cabeça as 35 famílias da Vila Cegeia. Então a Vila Cegeia contratou um serviço, que na realidade, é a ATHIS, essa assistência técnica social, essa ONG tá bancando as reformas dessa casa. Isso já tá caminhando. Já estão fazendo projeto, orçamento, e a Prefeitura vai entrar com toda a infraestrutura.

Quer dizer, aquilo ali, eu acredito que em um ano, um ano e meio no máximo, vai ser um exemplo de regularização fundiária bem-sucedida, agora com participação dos moradores, participação de CDDH, colaboração de dinheiro até que veio de fora; ou seja, se tem pressão, se tem mobilização das Comunidades, isso acaba funcionando.

Então, é importantíssimo, que vocês se organizem de acordo, com o que ele tá falando, que isso ajuda muito a gente.

Isso é outra coisa: a gente tem reunião com a doutora Zilda Ronaldo RAMOS, tá aí também, toda hora nós estamos lá conversando com relação a regularização fundiária e outros assuntos, mas a gente toda semana tá conversando com ela sobre isso. E a gente é cobrada para resolver as situações.

ALINE RICKLY - Dando continuidade, vamos chamar agora Itamar Silva para abordar o tema: As comunidades políticas públicas. Itamar foi diretor do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, o IBASE por 10 anos. É jornalista, estudioso, e líder da questão Habitacional nas Favelas do Rio de Janeiro. Bem-vindo Itamar.



ITAMAR SILVA

Jornalista, Líder Comunitário da Favela Santa Marta/RJ

Eu quero agradecer ao Teatro do Oprimido e ao Kelson por ter me poupado e me dado mais tempo talvez para eu compartilhar com vocês, um pouco da minha trajetória, que tem a ver com o tema desta palestra, que é essa relação das políticas públicas quando pensadas, ou não pensadas, para os territórios populares, sejam favelas, loteamentos, da forma que a gente queria falar. E fundamentalmente, eu acho que essa discussão final aqui, que eu acho que a gente podia fechar um encontro com essa discussão final aqui, que ela é a principal que é a participação e, quem é que nos ouve e com que ouvido nos ouve e que entendimento, que tratamento dar para as questões que a gente apresenta.

Eu tô me incluindo, porque aí eu começo; eu nasci numa favela no Rio de Janeiro, favela de Santa Marta e eu nunca saí de lá. Eu costumo dizer que eu olho para a sociedade brasileira, eu olho para o mundo do alto do morro, dessa favela que é uma favela de encosta, parecido com as comunidades aqui de Petrópolis. Porque o Santa Marta é uma favela encosta.

Eu falo sempre favela. Eu sei que aqui vocês falam comunidade, ou loteamento, eu não sei qual é a forma como vocês se referem a esses territórios populares onde vocês vivem. Bairros né? Bairros e tudo mais. Eu costumo dizer que favela é cidade. Eu sou um militante do movimento de favelas e venho defendendo isso com muita força; favela é cidade, porque quando a gente aceita os recortes, a gente aceita alguns rótulos, a gente precisa ter consciência do que que a gente tá falando. Quando a gente afirma que favela é cidade é porque o direito à cidade é um direito pleno, ele é um direito que dá conta, por exemplo: da habitação, da saúde, do transporte, de todos os direitos. Ele é um direito integral, quando eu falo do direito à cidade.

Então, quando eu afirmo que essa expressão da cidade que seja comunidade, bairro, favela, eles são expressões, são diferentes na forma é às vezes arquitetônica, são diferentes socialmente, mas eles fazem parte da cidade, logo são portadores dos mesmos direitos. Esse é um discurso que a gente precisa ter muito forte. Então, eu nasci nessa favela Santa Marta e é de lá que eu vejo o mundo, e a partir daí, que eu comecei a olhar também para o papel do poder público e sentir e reivindicar políticas para esses territórios.

E aqui foi tocado o tema da associação, eu tô num movimento de favelas conscientemente desde 1976, a minha militância tá aí. Eu fui presidente da Associação de Santa Marta de 81 até 1989. É nessa favela que eu moro; ela tem hoje 90 anos de favela, e no Rio de Janeiro a gente tá falando de um segmento que tem no mínimo 125 anos de existência.

É nessa história, que a gente está falando. E é uma história de muita luta, é uma história onde a palavra resistência marca essa população. Por que que eu falo de resistência? Porque naquele momento não tinha valor imobiliário; o capital não estava preocupado com aquele terreninho lá, com aquela área, e os trabalhadores e trabalhadoras que chegaram a essa cidade, pra construir a cidade, tinham que buscar uma alternativa de moradia e lá eles fizeram as suas casas de madeira, de barro, depois de tijolo, não importa, mas cada um construiu com a sua economia a sua casa, um lugar de abrigo, de onde ele podia ir trabalhar, que construiu a cidade que o olhava ou que não via. Durante muitos anos esses lugares foram invisíveis. Durante muitos anos ninguém se referia a esses lugares. Mas, de repente, eles foram crescendo, foram tomando conta e apareceram, e aí criou-se uma tensão, um problema. Então, durante muitos anos e ainda hoje, nesses segmentos, lugares, tende a existir a ameaça de remoção por vários caminhos.

Depois, eu vou dar um salto histórico, porque os anos 80, eles foram fundamentais pra essa construção de uma percepção, de uma consciência política de luta desses territórios. Por que que eu falo isso? Porque a gente teve um processo de remoção de favelas nos anos 60 até aos anos 70. Muita gente foi tirada do seu lugar e jogada para uma parte da cidade que não tinha escola, não tinha posto de saúde e um transporte, era parecido com o ônibus que vocês representaram aqui. Eu tô falando da Cidade de Deus. Quem já ouviu falar em Cidade de Deus? Essa é uma comunidade, é uma localidade, que quando eles foram removidos pra lá, a Barra da Tijuca quase não existia, era um vazio.

Então esse pessoal foi jogado num canto dessa cidade de onde tinha que se deslocar para o centro da cidade para buscar trabalho, não tinha escola de qualidade para seus filhos em torno, nem posto de saúde. O que que aconteceu?

Nos anos 70 foram anos de expansão da Barra da Tijuca; passou a ser uma área de crescimento vertiginoso de uma classe média besta, entendeu, que ocupou ali e foi pressionando a favela que também estava crescendo mesmo; tava crescendo tanto que hoje você tem uma questão social bastante acentuada, que não tem a ver só com a Cidade de Deus; tem a ver com urbanização; a forma como essa cidade cresce, que não abriga e não acolhe aqueles que precisam morar, que precisam se beneficiar daquilo que a cidade produz.

É disso que a gente está falando. São trabalhadores, são mulheres que produziram a cidade; no entanto eles têm dificuldade de acessar boas escolas, tem dificuldade de acessar um sistema de saúde decente e tem uma dificuldade enorme com o deslocamento. O transporte é um tema para todos nós aqui e lá também. Talvez lá, como eu moro na zona Sul do Rio de Janeiro, eu moro no alto do morro lá, mas na zona Sul, sou meio privilegiado, porque eu tenho um metrô mais ou menos perto e eu tenho uma quantidade de ônibus que serve de uma forma boa a essa população da zona Sul. Mas você sai daí e vai pra zona Norte ou pra zona Oeste, você tem o mesmo problema. Kelson falou de Caxias. Vai pra Caxias, pra região metropolitana do Rio, e vai ver como é mais difícil o deslocamento dessa população e não é só pra trabalhar; é pra estudar e pro lazer.

Eu acho que aqui foi pouco falado do lazer. Eu acho que não ouvi bem. Mas esse elemento fundamental para nossa saúde mental é pra nossa vida, é negado quase que diariamente à população pobre. Porque você é negado por não ter equipamentos de qualidade próximos, é negado porque vé difícil pra chegar onde estão os equipamentos disponíveis, nas cidades principalmente, na área central; então o lazer a gente tem que ter como direito; eu quero ir ao teatro, quero ir ao cinema, quero ir a festa, eu quero ir, há uma série de questões que são fundamentais pra que eu possa me sentir cidadão, cidadão pleno.

Então, nos anos 80, a gente se lembra né, a gente está entrando na redemocratização brasileira, depois do período em que tinha o autoritarismo, era um governo militar, a gente que entra nos anos 80 buscando um respiro pra exercícios de ações democráticas. Então, como nós que estávamos no movimentos das favelas, a gente estava ali meio que brigando, disputando, pau a pau, espaços de organiza-

ção. Então às Associações dos Moradores de Favelas do Rio têm um papel fundamental, importante, nesse processo de redemocratização.

Em várias favelas, você tira alguns das associações, seus representantes, nem todos, não tinham um compromisso democrático. Tinham muitos que reproduziam o autoritarismo, um fisiologismo né, isso tudo é da dinâmica política nossa. A gente tem que ter a clareza disso, muito é o toma lá da cá; isso não é de agora, isso foi o de sempre. Compondo relações muito personalistas com o poder público ou com os gestores públicos.

Então esses são os elementos que sempre circularam no nosso meio. Por outro lado, você também tinha uma dinâmica que se contrapunha a isso. Você tinha novas lideranças, novos jovens que estavam entrando no movimento para fazer uma disputa por uma política mais aberta, uma política mais participativa. Então o tema da participação sempre guiou, ao menos, os meus passos. Primeiro, porque eu sempre resisti e resisto até hoje. Vou confessar pra vocês que eu tenho uma implicância com vocês me chamarem de liderança ou líder comunitário, porque o líder te coloca num lugar muito isolado, te coloca num lugar meio de pedestal, pro bem ou pro mal, então você não aguenta tanta demanda; por outro lado, ele alimenta a nossa vaidade. A gente acredita que é possível resolver os problemas, um super-homem. Então, eu tenho ao longo da minha vida, eu tenho trabalhado muito com a direção de construções coletivas, porque as conquistas efetivas que nós tivemos nesse processo foram resultado de arranjos coletivos, elas foram resultados de diálogos de participação, de várias expressões do próprio movimento popular, do movimento de favelas. Então, essa é na minha trajetória, muito importante.

Eu quero lembrar pra vocês, que a luta das favelas no Rio de Janeiro, para conquistar políticas públicas é muito dura, porque primeiro você tem que resistir à política de remoção, depois você cria as condições para afirmar uma política pela urbanização das favelas. Isso significava ter um poder público que respeitasse as favelas no seu lugar, na sua cultura, nas possibilidades reais de se fazer cidadão no seu próprio lugar. Então, isso foi uma disputa uma luta muito grande nos anos 80 e a gente consegue, eu tô lembrado aqui do congresso da FAVERJ: Federação das Favelas do Rio de Janeiro, em que a gente fez uma grande faixa: Urbanização Já! Então ali você implementou um movimento bacana. Depois nós tivemos a possibilidade, de nos anos 90, acho que todo mundo conhece um pouco, a conquista não foi uma conquista direta dos movimentos de favela, mas foi resultante da pressão da própria organização das favelas. O Favela Bairro, que é uma política pública do município, foi resultado das dinâmicas bastante interessantes, que estavam acontecendo na cidade do Rio de Janeiro naquele momento. Então isso tem a ver com essa organização das favelas. E aí, em termos de associação, a gente vai acompanhar um pouco o Rio de Janeiro, uma multiplicidade de novas formas de organização que vão aparecendo. Não é só a associação dos moradores. Você tem grupo de mulheres, você tem grupo de jovens, grupos culturais, você tem a própria Igreja, que tem um papel fundamental da organização dessas localidades;



isso vai dando uma ambiência, em que várias pessoas, mais vozes estão se expressando, e estão demandando participação, e isso vai obrigar na verdade, a que essas instituições, esses grupos dialoguem internamente na busca de um bem comum.

Vou dar um exemplo rapidinho do Santa Marta. Eu falei que a favela tem mais de 80 anos. Na proposta de urbanização do Santa Marta, um dia, acho que a final de 99, o Governador num passeio de helicóptero, sobrevoando a favela, olhou e disse: “Ah, eu vou urbanizar essa favela. Vou tirar aqui metade desses moradores, vou construir uns prédios aqui”. Isso está no jornal, a gente abre o jornal e lá uma proposta do Governador do alto, de dentro do helicóptero, olhando para um território onde ele nunca entrou; ele nunca tinha estado ali.

Mas isso foi muito bacana, porque deu uma provocada, a gente se reuniu e construiu uma comissão de moradores, uma comissão de urbanização. Qual é a novidade dentro da associação de moradores? A novidade foi juntar associação de moradores, Igreja Católica, as várias Igrejas Evangélicas, time de futebol, grupos culturais, grupo de jovens, todo mundo. A gente conseguiu representação de cada um desses segmentos e formou uma comissão de urbanização; e a gente sentou junto e discutiu o que que a gente iria falar pra esse Governador. Aí a gente bateu cabeça, porque cada um tinha cabeça, cada um tinha seus interesses e tudo mais, mas foi muito importante pra gente colocar na mesa as nossas diferenças. Mas o que nos une aqui? O que a gente quer? Qual é o ponto que nos move? E descobrimos o que a gente quer; a gente vai dizer pra esse Governador que essa proposta dele não tem validade, porque ele não conhece a realidade daqui.

Assim mesmo foi e a gente conquistou uma assembleia. E o Governador veio à assembleia, dentro da comunidade, e depois teve mais duas assembleias, com a participação de várias pessoas; foi um processo interessante. A própria comissão foi um aprendizado coletivo local, não foi só pra eles, mas pra gente foi muito importante. Porque a gente passou a conhecer mais de perto cada instituição, cada coletivo, as nossas diferenças, mas muito mais a lei e investigando quais eram as possibilidades de caminhar juntos. Então a gente teve mais um incentivo pra comissão.

Qual foi o resultado dessa mobilização? Houve um concurso público pra escolher o projeto de urbanização; um concurso público onde concorreram 23 escritórios e eram 7 os jurados; um dos 7 era um morador do Santa Marta que fazia parte da comissão. Isso foi uma revolução. Porque foi uma conquista, porque você está no mesmo nível dos técnicos, daqueles que tinham possibilidade, capacidade de avaliar o projeto. Então este representante está carregando todo o conhecimento coletivo ali; ele tinha nossa autorização pra representar e fazer a defesa do que pra gente seria o melhor.

Então foi muito interessante e a gente conseguiu também, que uma vez escolhido o projeto, na sua implementação, a gente tivesse uma participação mais ampliada dos moradores. Então, não é ideal



mas foi um exercício muito forte, muito grande, importante, já que, de alguma forma, a gente estava educando o poder público, dizendo: olha, para pisar nesse terreno aqui, você tem que falar com quem entende, com quem vive aqui. Não dá pra olhar de cima e dizer: é isso, né? Também foi importante para falar pra gente mesmo: olha nós somos diferentes, mas nós temos que defender esse território, isso aqui é a nossa casa. Então foi um exercício muito bacana que a gente viveu junto, ali, nessa medida, nesse diálogo com esse poder público, com essa proposta que estava chegando ali. Então, eu digo que a participação não pode ser uma palavra vazia, porque você pega hoje, depois principalmente da Constituição de 88, você pega os projetos oficiais, eles ditam que estimulam a participação.

Quando você vai ver a implementação do concreto, você veria a participação, às vezes reduzida à uma reunião, onde você contabiliza quantos estiveram presentes, mas aí você vai ver, como foi a presença mesmo? Não é da qualidade que a gente viu aqui entendeu, não é o morador tomando pra si a realidade e exercendo o seu papel crítico, cobrança, clareza do que está acontecendo. Esse é um desafio permanente no qual a gente precisa estar muito atenta; que participação nem sempre é só estar na reunião, mas como é que você está. Você só pode participar se tiver a informação. Então é fundamental a nossa luta pelo acesso à informação.

Essa discussão que teve aqui agora da regularização fundiária é um debate. Por exemplo, eu sou parte de um grupo que lutou pela incorporação da regulamentação fundiária pra favelas. Hoje eu sou parte de um grupo que discute qual é o efeito da regulamentação fundiária em algumas favelas do Rio que têm o poder de atrair estrangeiros muito fortes que vão comprando as casas e comprar casas regularizadas tem maior valor cartorial, elas têm valor de mercado. Então, como é que você luta por isso, por essa formalização, mas como é que você luta também por segurar e conseguir controlar essa a palavra que eu vou usar aqui: invasão de estrangeiros. É porque no nosso caso em lugar de invasão eu uso a ocupação.

A gente não invade, a gente ocupa. A gente ocupa terras vazias, a gente ocupa terras que são ociosas, a gente ocupa porque a gente precisa morar né? Invadir, invadir, invade, eu tô usando para esses caras que chegam no nosso território e compram por uma bagatela uma casa porque tem um valor econômico. Então, também na própria forma da linguagem, a gente que tá na luta, tem que ter consciência disso.

Nós não somos invasores. Seja agora ou depois. Nós ocupamos, nós precisamos morar, nós necessitamos de moradia, e a moradia tá garantida na Constituição Brasileira. O direito da habitação e a habitação plena, tá garantida na Constituição Brasileira. Então temos que fazer isso ser verdade. Assim a gente está nessa luta que é cotidiana. A gente não tem frescor, a gente não pode descansar, entendeu Cláudia? Não dá para descansar! A luta é cotidiana e permanente; você vê, eu tô nessa luta desde lá da minha tenra idade, desde os 18 anos, eu tô ficando velho e o desafio é o mesmo, é igual, cotidiano. E isso é importante, porque? Porque o tempo passa, a gente tem pequenas conquistas, mas elas demoram a se consolidar. Eu olhando para o retrovisor, digo: Ah, não, a gente conquistou muita coisa. As favelas têm mais capacidade de resistir, a gente hoje aqui tá junto com o poder público, e comunidade discutindo essas questões.

Mas é impressionante, no Brasil, como é que mesmo você tendo leis, hoje nós temos uma normatização que vem do Federal que garante direito à moradia, garante a questão da regularização, tudo isso, mas efetivamente, a gente tem essa experiência do aluguel social que é um escárnio disso.

Esse é um ponto que a gente precisa enfrentar com muita força, porque isso se repete em todos os lugares. São 5, 10, 15 anos no aluguel social, só que é um aluguel social que não dá conta, porque se tem um mercado em torno, mercado imobiliário que vai subindo na medida que você precisa.

Então, cada vez que você pode menos com aquilo, eu sei que é um peso para o poder público, mas tem que se pensar alternativas que passam também por urgências nas propostas de oferta das casas, porque é impressionante como é que essas coisas só acontecem com muita pressão popular, seja

aqui em Petrópolis, seja fora daqui, tem que ter muita pressão popular para que essas promessas de construção de casa aconteçam.

Por isso que eu digo, não tem descanso, é cotidiano, é todo dia, e é toda hora. Então eu penso que hoje aqui foi muito interessante, porque eu até tinha notado aqui, anotei, olhando, vendo o teatro de vocês é, você falar aluguel social que tem a ver com moradia, é disso que estava falando porque é pouco ou muito, mas tá falando de moradia, onde é que a gente mora, porque a gente não tem casa, ou por que que a gente tem casa em lugares que não são apropriados. E é disso que a gente tá falando.

Depois vocês falaram uma coisa para mim interessante, o atendimento, seja em Petrópolis, seja Areal. Eu acho que isso é uma a gente tem mais atenção para isso. Porque primeiro tem um servidor público que não faz seu papel de servidor público; tem muitas repartições que você chega, cara eu tô te fazendo favor. Então a gente tem que descontrolar isso; favor não, você tem um serviço público que está sendo exercido ali e você tem direito a ele; a gente precisa educar esse poder público, a gente precisa educar esse servidor, que tá nesse lugar.

A outra coisa são as concessionárias. Com essas privatizações, seja de água, de luz e tudo mais, você tem um jogo de empurra da concessionária com o órgão controlador que é impressionante. Não vai para cá, não vai para lá, não vai para cá, vai para lá, entendeu? Então a gente fica nas mãos daquela moça boazinha que foi substituída aqui no teatro. Você tem que ter uma pessoa legal que chega, empresta aqui meu celular, que eu vou ter problema. Só que isso não é solução. Essa não é a solução. Esse é um paliativo, exatamente eu entendo, ali achei bacana, mas você é um paliativo; por isso que é importante estar em coletivo, paliativo não resolve o problema de todo mundo.

Mesma questão do ônibus, aqui foi muito bacana. Ah, liga para Cláudia! Ok, mas não pode ser. O ônibus não é uma questão só de Ligar para Cláudia. A Cláudia não é a grande poderosa que vai resolver todos os problemas do ônibus. Tem uma estrutura local, mas uma estrutura oficial, que tem que dar conta da questão do transporte, que tem que cobrar de quem de direito, e como é que a gente faz isso? Pois é! Ninguém ouve, mas então, o que que a gente tem que fazer? A gente tem que gritar alto, e junto. A gente vai acampar então, na frente, sei lá da prefeitura, da empresa, não sei das contas.

Tem algumas possibilidades, mas a gente tem que ter coragem. Aí a gente lembra o que a vida da gente é coragem, né? Então, é disso que eu tô falando; a gente precisa avançar. Ah, não tem mágica. As coisas são construídas aos poucos. A gente precisa dar cada passo, a gente precisa descobrir quem é que tá com a gente, com quem é que a gente conta de fato. Qual é o nosso apoio? Não estou falando de mágica. Eu contei a história para vocês, estou nessa brincadeira desde o final dos anos 70. Tô aqui e tô com as mesmas dificuldades, mas enfim, tem alguns ganhos, tem alguns passos importantes que a gente precisa pensar.

A outra coisa que apareceu aqui de uma forma muito rápida foi a questão do correio. Eu não sei aqui para vocês como é a entrega da conta. A conta foi entregue lá embaixo, não foi entregue aqui. Esse é um tema que me toca diretamente, porque você sabe que por lei, se um local é logradouro público você tem o direito de receber toda sua informação na sua casa. A gente do movimento favela brigou por isso durante anos. Você tem a lei. Eu moro num lugar, é logradouro público, mesmo assim, o Correio pega, entrega as cartas na associação de moradores. Então se alguém vai lá pega a minha carta ou se eu esqueço de passar, eu não recebo. Então meu direito não está garantido, apesar de estar garantido em lei. Na prática, a gente tem que continuar brigando por isso, disputando. É um tema interessante.

E outra questão do transporte que foi trazida aqui de uma forma muito lúdica e muito interessante, mas que reflete exatamente isso, vai desde o motorista, que é um trabalhador nosso, que é alguém do nosso lado, que ou acelera o ônibus, ou vai devagar, ou que faz ignorância, por que que este indivíduo, que é da gente, que é do nosso povo, nos trata tão dessa forma? Essa é uma pergunta. Aí você fala, bom, mas como é que ele é tratado? Como é que ele, tem uma cadeia né? Como é que ele é

tratado pela empresa onde ele trabalha? Qual é o tipo de fiscalização? Quais são as relações de trabalho? O que produz que esse ser, esse trabalhador, tenha esse tipo de descompromisso?

Então, são questões que apareceram muito fortemente aqui, que na verdade estão na base dessa constituição que fala de uma cidadania que a gente tem, desse conjunto de direitos. Não é porque esse direito não se exerce desta forma e a gente não consegue acessá-lo como a gente precisa. Ah, ninguém nos ouve!. Aí, tem que ouvir. Como é que a gente faz? Eu não sei também. Tem alguns caminhos, mas essa é uma pergunta que a gente tem que colocar o tempo inteiro.

E para fechar, eu penso na minha experiência; muitas vezes os moradores recebem algumas iniciativas governamentais, seja ela municipal, estadual ou federal, como favor. Muito agradecido, né? A gente fica muito agradecido quando construiu aqui, isso aquilo outro. Mas é direito! E o representante governamental que tem consciência política, ele tem que saber disso, porque ele tem que ajudar a construir no povo essa percepção, de que eu tô exercendo, ou tá sendo exercido, um direito dessa população. É uma conquista coletiva nossa.

Quando a gente olha para uma política pública que inclui, de fato, as pessoas mais pobres, que está direcionada para as pessoas mais pobres, é uma conquista coletiva. Técnicos, moradores, quem tá no movimento. Então, esse é um jogo muito importante, porque às vezes a gente cai na questão das simpatias mais próximas. Não, mas a secretária é legal, ele é meu amigo. Ok, mas ele tem limite também e a gente sabe disso. Para o Secretário, às vezes falta dinheiro, faltam instrumentos técnicos. Ele é um ser, é uma pessoa que está no lugar que tem essa tarefa, de tornar esse sistema favorável para aquilo que a gente acredita. Então, isso é muito importante. Mas eu acho que estou chovendo no molhado, eu vi que aqui tá todo mundo muito consciente da tarefa e dos desafios que estão colocados para a gente. Então, eu tenho que agradecer o convite, porque eu aprendi para caramba hoje aqui, e fiquei emocionado em alguns momentos. Obrigado.

LILIAN REGINA MARCÍLIO NOGUEIRA – Moradora de Vila Rica: Boa tarde! É Petrópolis, nós temos a Federação das associações de moradores. Esta Federação ela é fiscalizada por quem? Porque, se não tem um presidente da associação no nosso território, em determinados territórios, deveríamos ter então uma do Estado que nos protegesse, ou que protegesse todas as associações da cidade. Ainda existe?

AXEL GONÇALVES DA SILVA – Moradora de Vila Rica: Eu sou Axel, eu sou do Vila Rica também, eu queria saber, mais profundo, as políticas públicas, como que a gente faz para implantar elas? Como a gente faz para acender essa fagulha nos moradores, já que você tem experiência nessa área?



ITAMAR SILVA: Em relação à Federação, essa é uma estrutura de iniciativa da sociedade civil. A Federação, as Associações de Moradores, Federação de Favelas: a gente pode se organizar de acordo com a nossa Constituição; a gente tem autonomia para isso. Então, por exemplo, a Federação de Petrópolis pode estar associada à Federação de favelas do Rio de Janeiro ou não. Ela tem essa possibilidade.

Não tem um órgão controlador, fiscalizador; não tem isso. Por exemplo, no Rio de Janeiro a FAVERJ, que é Federação de Associações do Estado do Rio de Janeiro é composta pelos presidentes de associações de moradores de favela. Então, quem quer se inscrever, se inscreve; quem não quer, não se inscreve. Vai depender muito da condição política, da força que essas Federações acumulam e que elas têm, da representatividade que elas vão poder mostrar. Também no Rio de Janeiro, houve em algum momento muita dificuldade com a FAVERJ, mas as associações tiveram autonomia para caminhar sozinhas em muitos lugares no Rio de Janeiro e, dentro das próprias favelas, outros grupos assumiram o papel da associação, não acabando com ela mas assumindo, na prática, o trabalho de mobilização e diálogo coletivo. Então, essa é a possibilidade que a Sociedade Civil tem no processo de organização; se um não faz, você vai se organizar, vai tentar criar um pouco com outro coletivo, para poder então, ampliar essa discussão. Ok?

Como acender a fagulha da da política pública juntos. Eu acho que já tá pegando fogo, você não acha não? Eu achei que tinha uma fogueira aqui.

AXEL GONÇALVES DA SILVA – Moradora de Vila Rica: A gente, na nossa comunidade, tem a dificuldade de fazer essa comunicação com o morador. A gente tem o NUDEC, eu não sei se mais alguém participa do NUDEC, que é aliada a Defesa Civil. É um grupo da Defesa Civil no bairro e a gente não consegue que a galera participe. Muita gente não consegue chamar a atenção das pessoas o que é a política, e o que pode ser feito.

ITAMAR SILVA: Eu acho que a gente tem uma coisa bem concreta: falar. Por exemplo, política pública de transporte. Isso tem uma aderência à realidade quando você fizer esse chamado, as pessoas sabem o que é, do que que estão falando. Você sabe do que tá falando: de ampliar a quantidade de ônibus, melhorar a qualidade, tal, tal e aí é uma porta de entrada. Quer dizer, sempre falar sobre a necessidade, sobre as demandas locais; elas são portas de entrada para você ir construindo até um arcabouço que te permita incidir e chegar até uma política pública. A construção de uma política pública.

Então é a gente está partindo da realidade, por isso que eu gosto muito dessa técnica do Teatro Fórum, porque ele tá partindo sempre da realidade. Do que está acontecendo no teu cotidiano. E é



a partir daí, então, que você vai pensar e refletir sobre que caminhos tomar, como enfrentar e como trazer algumas questões para cá, entendeu? Eu acho que isso não tem uma mágica ou não tem uma técnica. Ah, é assim, o espaço esse, aquilo ou outro. Você tem uma questão que incomoda um coletivo, que tem a ver com direitos que são garantidos, e como é que se transforma em política para beneficiar esse conjunto de pessoas. E aí é o cotidiano.

Aí, só para fechar essa resposta, tem outro elemento também na participação. Eu, durante muito tempo me debati com técnicos de prefeituras e do Estado, porque você quer que o povo participe. Aí você faz uma reunião as três horas da tarde. Aí você tem as mulheres trabalhando, os homens trabalhando, e tal, tal, tal, tal. O tempo dos técnicos é remunerado. Eles estão trabalhando. O meu tempo, eu sou trabalhador em outro lugar, ali a minha militância, meu tempo livre e tudo mais.

Então, essa atenção é muito importante e você precisa estar atento para isso. Qual é o lugar em que eu tô propondo isso? Pra quem que eu tô propondo? Como é que eu me adequo? Eu, como técnico, como é que eu me adequo ao tempo desta localidade, dessa população? Acho que tem que partir para demandas específicas, tem que partir de demandas específicas, entendeu? Porque elas já existem. E aí, a partir daí, você vai, constrói uma coisa mais de longo prazo.

ANA MARIA OLIVEIRA DA SILVA - Moradora da Posse: É, falando do que ela disse, faz parte do NUDEC. Eu faço parte de dois NUDECs: da Posse e do Vale do Cuiabá. O NUDEC do Vale do Cuiabá foi formado pelo governo do Estado em 2012, só que a comunidade é completamente diferente, a comunidade ela não participa. Eu mesma fui uma que custei a fazer parte do NUDEC. Quando eu entrei para o NUDEC, eu achei aquilo a maravilha. Eu fui vendo, eu fui vendo as coisas. Então a comunidade é complicada, porque para entrar, ela vai achar sempre que tem um político.

Não, nós temos que colocar: NUDEC é NUDEC e política é política. O NUDEC do Vale do Cuiabá resiste até hoje porquê passamos por um mau governo na prefeitura. Todos os outros NUDEC acabaram, menos o do Vale do Cuiabá. Por que? Porque a gente não trabalha com políticos. Aqui, na Posse, tão tentando organizar um NUDEC, mas eu já falei, político não entra, por que? Porque se entrar acaba. Eu faço parte do NUDEC do Vale do Cuiabá, faço parte desse NUDEC aqui, e faço parte do Conselho Municipal de Defesa Civil.

Então eu sempre falo: entrou política eu tô fora.

ITAMAR SILVA: O que é NUDEC?

ANA MARIA OLIVEIRA DA SILVA - NUDEC é um Núcleo de Defesa Civil Comunitária. Nós somos o braço e os olhos da Defesa Civil, tanto que, quando acontece uma tragédia, para Defesa Civil chegar aqui, é uma hora e meia, então a gente tá aqui perto para organizar. Nós temos rota de fuga. Nós vamos montar agora dia 11, uma rota de fuga. Nós temos Rota de Fuga, pontos de apoio, pessoas treinadas para isso. Eu mesma fui treinada para primeiros socorros, um Samu, é, eu tive vários cursos. Então é, a gente a gente auxilia a Defesa Civil até que ela chega no local. Por exemplo: tem uma barreira que vai cair ali. Eu tenho que ir lá naquele morador e auxiliar ele, para que ele saia até a Defesa Civil chegar e fazer a vistoria naquele local.

Então eu sou o braço, e as pernas, e os olhos da Defesa Civil aqui.

AXEL GONÇALVES DA SILVA: Só acrescentando a fala dela, que não só no caso de desastres naturais e coisas assim, a gente faz mapeamento na comunidade, não só para essas chuvas e deslizamentos, mas para pedir coisas mais simples, como coleta de lixo, eles atendem outras demandas assim também. Então é muito muito legal e muito importante porque é uma coisa comunitária e tá aberto para todos, realmente ajuda a comunidade.

ITAMAR SILVA: Tá me passando aqui uma coisa na cabeça. Talvez vocês já tenham feito, mas podiam fazer um Teatro Fórum na comunidade com esse tema do NUDEC, criando uma situação dessa; é um pouco fazer um debate para provocar, sensibilizar as pessoas a partir disso. Pode ser uma coisa legal.

FELIX ROSENBERG: Primeiro um comentário, uma propaganda do Fórum Itaboraí neste tema e depois tem uma pergunta um pouco provocadora para ti. Em primeiro lugar, temos que lembrar que nós temos um compromisso desde há muitos anos de ajudar aqui; está na norma, na constituição dos fóruns comunitários, que são fóruns que têm como objetivos capacitar-se, conhecer, se formar, discutir, para poder participar em Conselhos Locais de Saúde e eventualmente com outros conselhos locais. São fóruns comunitários totalmente autônomos; como o Itamar falou: não é só associação de moradores, há mil fóruns, o importante é se organizar, e a organização de fóruns comunitários é pra discutir exatamente o que está aqui e lembrar então, que temos as companheiras Sônia, Marina, Marcelo, diretamente vinculados a esse trabalho, e na Secretaria e várias outras pessoas. Então, esse é um caminho de organização e de discussão destes temas.

No caso dos NUDECs, nós temos uma estreita relação com o coordenador desse trabalho e estamos, inclusive, discutindo e trabalhando no sentido da organização comunitária que nos dê, que também participe nas políticas e na Defesa Civil. Porque quem melhor conhece as rotas e fuga e a atitude da comunidade perante uma emergência, é a própria comunidade. A Defesa Civil não pode ir de helicóptero dizendo o que que a comunidade tem que fazer. Então o NUDEC tem que ter um papel não apenas de transmitir o que que a Defesa Civil sabe, mas dizer à Defesa Civil o que que ela deve fazer. E agora uma pergunta para o Itamar: tem vários países que tem políticas nas quais não é permitido o acúmulo de habitações, ou seja, a habitação é apenas para quem nela mora, para a família que mora aí; não é um objeto de aluguel ou de geração de ganho. Porque a habitação tem um objetivo social. Queria saber a tua opinião sobre essas políticas desses países, porque é muito mais do que aqui se fala, porque as pessoas devem saber que existem políticas que são muito mais "radicais" no sentido de proteger o direito a moradia.

SÔNIA CARVALHO – Equipe Social do Fórum Itaboraí: Vou fazer a minha pergunta; daí você já responde. Eu sou a Sônia da Fiocruz. Você falou, Itamar, que você é contra essa palavra, você não gosta de usar liderança, pelos motivos que você disse. Eu queria te perguntar, você dá o teu depoimento para aqui pro pessoal, já que tem várias pessoas de associação, não muitas, mas tem presidentes também, tem lideranças; como fazer sobre o presidencialismo de Associação? É só um presidente, uma pessoa, quando fala a Associação, fala o presidente; o povo mesmo deixa na mão do presidente e o presidente também acho que muitas vezes se sente nessa responsabilidade dele fazer tudo. Como que você, que foi presidente, lidou com isso no Santa Marta?

Isso é uma coisa. Eu conheci você quando você tinha 20 anos, discutindo com os engenheiros e os arquitetos, explicando como é que não caíam aquelas casas que vocês construíram lá no Santa Marta. Naquela altura, eu trabalhava na prefeitura e você tava falando: mas como que se constrói? Como que não caí isso? Então como que você pode dar uma umas ideias iluminadas, como conversar com os gestores e principalmente com os políticos? Porque as pessoas falam "político" como se fosse o demônio; a gente sabe o porquê, mas como lidar com isso? Nós somos seres políticos. Como lidar, no dia a dia, uma liderança de associação? Como se relacionar com a política e com os políticos?

ITAMAR SILVA: O Felix trouxe uma questão sobre a qual eu não tenho muita informação, mas eu tenho conhecimento de que em alguns países o tema da propriedade, a moradia não é uma questão privada, imediatista de acúmulo; você tem a moradia, é o local de você, onde você precisa se abrigar, mas você não pode acumular, você não deve acumular; mas aqui no Brasil, a gente tem uma coisa muito compli-

cada; todo mundo quer ter sua casa, a gente briga para ter a nossa casa e se puder ter duas casas, mesmo sendo pobre, porque você tá influenciado por uma cultura de acúmulo, de quanto mais melhor, quanto mais eu tiver, mais eu sou. Essa é uma questão política de fundo, que tem a ver não só com isso, mas tem a ver com uma série de outras questões. Então, por isso é que essas discussões coletivas, essas discussões pela base são importantes para formar, na verdade, a nossa percepção sobre quem somos e o que queremos ser como sociedade, e aí esse tema se coloca.

Porque, numa sociedade como a nossa, em que você tem, por exemplo, no centro do Rio de Janeiro uma série de apartamentos vazios e um monte de gente precisando de morar; você não consegue que o poder público tenha uma atuação. Primeiro, o poder, depois a própria cultura protege aquele apartamento, aquela moradia, porque ela é privada, ela é uma propriedade privada, mesmo que tenha uma multidão precisando de morar e você tem a disponibilidade. Então, acho que passa por um eixo que tem a ver com a questão política, cultural que a gente tem que enfrentar, mas eu não tenho detalhes de outros países que têm essa experiência, mas eu acho que é um tema importante para a gente compartilhar talvez outras experiências, outras possibilidades. Porque no Brasil tem uma coisa muito forte: a gente olha para as experiências mais privatistas, mais excludentes, mas a gente não olha para experiências que são mais coletivas, são experiências mais socializadas, mais inclusivas. Então, talvez nesse espaço aqui de formação pela base, que eu vou chamar assim, formação pela base, seja um momento importante de trocar e trazer essas informações.

Também na associação de moradores das favelas do Rio, a gente tem um problema gravíssimo, que é inclusive que algumas associações que não tem eleição e não tem eleição há anos, porque o processo participativo, processo eleitoral não acontece, foram sendo apropriadas na relação de alguns presidentes; algumas associações com o poder público de um toma lá, dá cá; de uma subordinação que criou vícios, vícios muito fortes que trazem problemas para a dinâmica local. Vou falar o que acontece de interessante; é que outras formas organizativas tem aparecido.

No período da pandemia as favelas deram um show, porque os coletivos de jovens, de mulheres, culturais, tal, tal, saíram a frente, reagindo a um tipo de olhar muito preconceituoso, em relação aos territórios de favela, e aí deram solução. Tomaram a frente, a Fiocruz, nesse momento foi fundamental, naquela região ali de Manguinhos, da Maré, na questão do Painel Covid e isso teve uma multiplicação em vários lugares. E aí a gente assumiu o protagonismo deste processo de proteção a quem não podia sair, de estímulo e de discussão com o próprio poder público.

Esse é um exemplo do que eu digo que você não precisa ficar preso só a associação de moradores, você pode se reunir de uma outra forma e dialogar com a associação de moradores, aí você ajuda a associação a se repensar, a se construir como órgão mais coletivo, na medida em que ela vê e ela lida com outros coletivos que estão acontecendo nesse território.



E depois tem a pergunta sobre os políticos! Primeiro, a gente tá fazendo política aqui; alguém disse aqui que a gente não faz política. A gente está fazendo política, sim. A política que tá no nosso cotidiano, é pro nosso bem, a gente precisa, eu diria, empregar a palavra política com o conteúdo que a gente quer dar a ela. Política é tratar desse cotidiano, é tratar dos direitos, é tratar pra onde é que a gente vai, é ver o que o poder público faz com o nosso dinheiro, que o orçamento pra onde é que ele vai, mas também é falar de lazer, falar de acesso à cultura, isso também é política. Direito de nos reunir e definir um pouco os nossos caminhos, isso é política.

Então, por que que isso é importante? Primeiro isso, primeiro para dizer que a gente faz política o dia inteiro e todos os dias. Depois, a gente precisa fazer um corte. Qual é a representação? Quando a gente elege alguém, a gente tá elegendo um representante, que em tese, deveria representar a vontade de um coletivo, a vontade de uma parte significativa da sociedade. O que acontece com os presidentes é que algumas associações acham que ele tá ali porque ele é muito bacana, ele merece. Ele esquece que ele foi eleito por um grupo de pessoas, que apostou naquilo, ele acaba se auto representando e a gente não pratica os instrumentos de controle sobre essa política representativa.

A gente tem que ter clareza disso. Qual é o papel de cada um? como é que funciona a Sociedade? Qual é o papel da Câmara Municipal, da Assembleia Legislativa, do Congresso, porque, mal ou bem, esses caras acabam definindo a nossa vida; eles definem tudo na nossa vida. Então, eu diria não tem mágica não, mas tem exercícios a serem feitos, e isso é um exercício, essa conversa cotidiana, é montar grupos de base, é discutir, é esclarecer; eu digo sempre que participação sem informação não leva a lugar nenhum. Você precisa estar bem informado, você precisa buscar essa informação para que você possa participar com alguma qualidade.

ALINE RICKLY: É, prosseguindo com a agenda, vamos chamar aqui a Layla Talin, que é arquiteta e urbanista, trabalha na Prefeitura Municipal de Petrópolis, para falar sobre Mover-se: Ir e Vir Enquanto Direito à Cidade.



LAYLA TALIN

Arquiteta e urbanista, Prefeitura Municipal de Petrópolis

É sempre um prazer trabalhar com o pessoal do Fórum Itaboraí, os eventos, todo trabalho de vocês, é trabalho admirável, de verdade, e eu fico muito honrada de poder fazer parte disso, ainda que seja de vez em quando. Para mim é realmente um prazer e uma honra estar em um evento com pessoas tão inteligentes como vocês todas e vocês todos, tão sensíveis e tão experientes sobre o território, sobre o lugar que vocês vivem, tão sabidos do que querem para ele. Eu sinto que tudo que eu disser aqui vai ser muito pouco. Eu não estou nessa posição de vir ensinar nada. E eu acho que falar depois do Itamar fica difícil. Mas sou uma arquiteta e urbanista moro em Petrópolis há 10 anos e eu vim para ser arquiteta e urbanista na prefeitura.

Eu sou concursada, e isso é uma informação importante, por que? Porque o Itamar falou um pouquinho sobre a função do servidor público, e eu escolhi o serviço público pela essência do termo mesmo: O serviço ao público. o funcionário está para servir à população, e foi por isso que eu escolhi fazer concurso e trabalhar no poder público, e foi assim que eu vim parar aqui. Eu estava terminando de fazer o meu mestrado, trabalhava em Minas Gerais, na iniciativa privada, em escritório de arquitetura, mas aquilo não me preenchia, porque não fazia muito sentido para mim fazer projeto para gente que ia pagar 5.000 reais em uma pedra de pia, enquanto a gente tem que estar aqui, vocês especialmente, clamando, reclamando mais uma vez e lembrando sempre que R\$ 1.000,00 de um aluguel social fazem tanta falta. Eu faço isso como muito gosto, eu sou servidora pública com muito gosto, justamente porque eu acho que a gente pode trabalhar juntos. Eu sou mais um elo dessa corrente de uma força, que está todo mundo aqui fazendo juntos – servidores públicos, lideranças locais e cidadãos. , Falando nisso, eu fico impressionada com a Cláudia, a inteligência e o potencial dela; não só a inteligência e potencial, porque ela exerce o potencial, concretiza esse potencial, com habilidade de discurso, e de luta e de força.

Então, sou mais um elo nessa corrente, eu sei que tem muitos servidores públicos com atuações diferentes, com formas diferentes de exercer suas profissões, mas a gente tem aqui vários, né? O pessoal da Fiocruz que está aqui e outros representantes da prefeitura que estiveram, e que estão aqui, também são servidores. Saibam que podem contar comigo. Enquanto arquiteta da prefeitura, trabalho no Departamento de Planejamento Urbano, então, se alguém precisar, daqui a pouquinho eu vou falar um pouco sobre uma das coisas que a gente faz e que vocês podem contar com a gente; podem procurar, ligar, ir até o Centro Administrativo, lá no Alto da Serra. É um deslocamento. Vocês falaram sobre deslocamentos aqui, é uma dificuldade. São seis passagens pra chegar lá. Tem telefone, tem e-mail, a gente tenta agendar uma vistoria para poder vir aqui conversar É importante eu ressaltar que eu não trabalho

na CPTRANS. Eu trabalho no Departamento de Planejamento Urbano. E ali, a gente trata de algumas ideias e de Plano Diretor, essencialmente. Mas sabemos da dificuldade de diálogo, de interação, quando a gente fala de se movimentar. Eu não vou chover molhado, porque vocês sabem pela experiência o que que é, vocês sabem como que é difícil, mas o eu pensei em trazer para vocês algumas informações. É importante a gente se informar para saber como se unir e correr atrás. Então são algumas informações que eu espero que sejam úteis para vocês e que, de alguma forma, inspirem vocês e tragam alguns caminhos que podem contribuir para novas cenas nesse teatro que vocês estão vivendo e construindo na cidade.

Primeiro, é que quando a gente fala de mobilidade urbana, muitas vezes a gente já imagina direto o transporte coletivo, o ônibus, só que na verdade, o conceito de mobilidade urbana trata de qualquer deslocamento na cidade, tudo que a gente faz: andar, andar de bicicleta, o ônibus, o carro particular, o táxi, inclusive táxi é uma forma de transporte público, vocês sabiam? Pois é! Então, tudo que faz com que a gente se desloque na cidade está relacionado com a mobilidade urbana e deve estar incluído nos planos, nas políticas, nas ações relacionadas com mobilidade urbana. E aí, essas duas fotos eu trago porque a Rua Paulo Barbosa, ela está no centro, daqui a quatro ônibus? Quantos ônibus vocês pegam para chegar lá? Três ônibus, daqui a três ônibus de distância, mas todo mundo chega a passar por ali, porque ela centraliza o transporte coletivo na cidade. A rodoviária está ali perto, mas tem muitas paradas de ônibus que acontecem nessa rua e ela é uma rua que tem muito pedestre andando; essa foto é aleatória, peguei na internet, mas é possível a gente perceber como que tem gente andando nessa rua, tem moto, tem carro, tem ônibus, de vez em quando tem uma bicicleta, porque andar de bicicleta em Petrópolis é um pouco difícil, mas a bicicleta também é uma forma de a gente se mover, e portanto ela também faz parte da mobilidade urbana, assim como: os trens, metrô, coisas que a gente não tem por aqui em Petrópolis.

Então a mobilidade urbana, ela se dá por diferentes modais. O que é que são modais? Modos de se deslocar, um modo é o ônibus, outro modo é a bicicleta, outro modo é a pé, a pé também é um modal.

E aí eu trago um artigo que é fácil de achar na internet também, porque eu pensei, é ciência e comunidade e é importante também a gente trazer as formas como cientistas se comunicam. Vocês devem ter acompanhado um pouco disso nessa vivência da Covid, como que os artigos científicos eles apareciam no jornal. Saiu na revista tal, ah, saiu um outro artigo na revista tal, e aí acabou que a gente se aproximou um pouco mais dessa forma de comunicação científica. Então eu escolhi um artigo que trata sobre a mobilidade urbana para trazer aqui para apresentação, para que quem quiser, quem tiver interesse em ler, e é um artigo que fala sobre mobilidade urbana enquanto um direito a cidade. É um artigo que foi escrito por Fabiana de Alcântara Pacheco Coelho, ela é jurista, ou seja, ela trata de direito, mas ela está refletindo, fazendo levantamento sobre o histórico das leis que falam sobre mobilidade urbana. Fala sobre mobilidade urbana de uma forma ampla, e ela foca, nesse artigo, sobre a bicicleta, só que ela também fala sobre tudo que está envolvido com esse direito da cidade. Eu não vou focar só na bicicleta. Eu trouxe alguns textos, alguns trechos, que eu acho interessante para a gente pensar na mobilidade urbana na cidade.

Esse é um deles: “A mobilidade urbana é uma subespécie do direito da cidade, que pode ser definido como aproveitamento equitativo, igual para todo mundo, de recursos materiais e imateriais oferecidos pela cidade, norteado por princípios de sustentabilidade, democracia, solidariedade e justiça social.” Então, são esses os pilares que devem conduzir as políticas para a mobilidade urbana. Tem que ter justiça social, tem que buscar igualdade entre todo mundo, tem que buscar de algum modo a sustentabilidade, porque o ambiente natural, as encostas os rios, as matas, as florestas, elas dão qualidade, elas trazem qualidade para nossa vida e para a cidade.

Então quando a gente trabalha para preservar esses elementos, a gente está se preservando também. A gente teve um relato hoje sobre isso. Falta justiça social e equidade quando tem uma vala que não dá para andar, que tem que se equilibrar, calçadas onde não cabe nem uma pessoa sozinha, quem dirá duas, quem dirá um carrinho de bebê, quem dirá uma pessoa com cadeira de rodas. Se for uma pessoa que tem alguma deficiência visual e que não consegue enxergar, ou enxerga muito mal, pode ser perigoso. Então, é um exemplo de que quando a gente pensa em mobilidade urbana equitativa, com justiça social, com sustentabilidade, a gente tem que pensar no caminhar também. A gente tem que pensar nesse caminhar para todas as pessoas, para quem consegue andar rápido, sair correndo, para quem não consegue, para quem escuta ou para quem não escuta, para quem enxerga e para quem não enxerga, para todo mundo.

E é um problema de saúde que vai muito ao encontro também dessa ideia da saúde, desse conceito ampliado da saúde que é tão importante. Quando a gente fala dessas políticas, o que que vai direcionar? Quais que são os modais da mobilidade urbana? Várias coisas direcionam: a topografia, as condições climáticas, a forma da cidade: o formato que as ruas, as calçadas, as ocupações, as casas têm. E em Petrópolis a gente tem muito esse argumento, de ninguém andar de bicicleta porque é muito inclinado, ninguém anda de bicicleta porque chove muito, mas tem um fator que é importante, quando a gente fala de mobilidade: a disponibilidade e qualidade dos equipamentos. Se a gente tivesse um espaço seguro para andar de bicicleta, talvez mais pessoas andassem de bicicleta. Não seria num dia muito chuvoso, mas num dia que está ensolarado, um tempo mais tranquilo. A gente vai economizar uma passagem de ônibus pelo menos, andando uns 2 Km de bicicleta, que é possível, para quem sabe andar e para quem gosta.

Então, é oferecer possibilidades para a gente poder escolher como nós queremos ir. Por que que eu só posso ir de ônibus, se eu poderia ir de outro jeito? Se a cidade oferece condições de qualidade, de disponibilidade, de presença de bons ônibus, boas calçadas, espaços seguros para andar de bicicleta, nós, enquanto cidadãos, podemos escolher o que a gente quer. Se a gente não tem essa opção, não é justo, não é sustentável, não tem igualdade. A gente precisa ter como escolher, escolher como ir e não somente ir por obrigação, ficar ali dependendo, como vocês trouxeram, de uma forma muito forte no teatro, a gente tá dependendo, a gente não tem outro jeito. Às vezes ter que esperar uma hora e vinte, uma hora e vinte de vida é muita coisa gente, dá para fazer muita coisa uma hora e vinte, é muita roupa que dá para lavar. Ir e voltar, então, bota 3 horas nessa conta. Um dia de aula tem 3 horas, 3 horas por dia dá para fazer um curso, dá para fazer uma faculdade. A gente está perdendo aí, no ônibus.



Isso é muito determinante. A Fabiana Coelho fala que “uma nova pauta de reivindicação surge nessa luta pela cidade equitativa, a mobilidade urbana, a necessidade de circulação frenética para escoamento de fatores de produção, o trabalho, produtos, mercadorias e capital, contrapõe-se a dificultosa mobilidade de grande parte das pessoas que vivem na cidade, pois a mobilidade eficiente, também se torna uma mercadoria acessível a poucos.” O que que ela está falando aqui? Que mobilidade se tornou mais um produto, que andar pela cidade, que esses deslocamentos, eles passaram a servir às economias, a quem vai ganhar dinheiro em vez de servir ao cidadão. Perigoso falar isso? Eu acho que tudo que a gente fala em um ambiente politizado, como é esse que a gente está tendo aqui, de pessoas inteligentes e que querem trabalhar juntos para construir uma cidade melhor, vai se tornar perigoso para quem não quer que a cidade seja equitativa. Eu quero, vocês querem, e isso é muito importante.

Ela está falando isso, que a mobilidade se torna mercadoria. Quem que consegue se deslocar? Quem tem facilidade para se deslocar? Quem tem opções de deslocamento? Quem tem dinheiro. Aí tem um carro, tem dois carros. Aí você vai fazer a conta, pagar a gasolina do carro fica mais barato do que pagar a passagem do ônibus., mas quem não tem o dinheiro para ter o carro? Fica sem opção. Quem pode morar perto do trabalho, tem opção de ir a pé. Quem não pode morar perto do trabalho, fica sem opção. Quem não pode comprar a mobilidade, fica sem acesso a ela, só que a mobilidade urbana é direito, acesso a cidade é o nosso direito, a gente não pode deixar simplesmente virar uma mercadoria que nem se fosse uma televisão, só compra quem quer e quem pode? Não é assim não. Tem que ser para todo mundo.

Eu fiz questão de trazer aqui que a mobilidade, esse deslocamento pela cidade é importante não somente para a gente trabalhar e produzir e ganhar dinheiro para pagar conta, é importante para a gente descansar para a gente acessar os lugares da nossa cidade que são privilegiados, que vem gente de várias partes do Brasil para conhecer, que vem gente de várias partes de outros países do mundo para conhecer e às vezes a gente que está aqui dentro da cidade, dentro de Petrópolis, não pode usufruir. Não pode tirar um fim de semana para descansar no gramado do Parque de Itaipava, porque é uma hora e vinte para chegar até lá, e tem que lavar roupa. Não pode às vezes participar de uma apresentação de uma orquestra, gratuita, no centro da cidade, porque não tem como chegar até lá. Porque tem esse tipo de coisa aqui em Petrópolis, tem muito evento gratuito, e bom e gostoso de participar e às vezes a gente não consegue participar porque não tem como chegar. E aí, não apenas para trabalhar, para ter acesso à saúde, educação e convívio familiar. Lazer e descanso e qualquer jeito que a gente, enquanto cidadão, quiser viver nessa cidade, depende do direito de circular e se deslocar.



Eu trouxe esse artigo científico para vocês verem, que não está só na experiência de vocês, que quando a gente fala em ciência, em debate científicos, em publicações científicas; tem arquitetos, juristas, engenheiros ambientais, geógrafos sociólogos, assistentes sociais, que estão pensando e preocupados em buscar soluções para isso, e às vezes a gente não consegue conversar uns com os outros. Às vezes, a gente nem sabe que tem uma jurista que está falando a mesma coisa que a gente vive no nosso cotidiano, a gente nem sabe que tem uma assistente social, que já tem uma solução para um problema que a gente está enfrentando e quebrando a cabeça para conseguir resolver. Então eu trouxe isso para que vocês também não se sintam sozinhos. Para que vocês saibam: existe uma rede; a gente pode e precisa ter esperança de que as coisas vão mudar, porque a gente luta de um lado e tem gente lutando do outro. Então somos vários elos para construir essa cidade mais igual.

Esse aqui é um programa que se chama ruas completas que é da WRI. A WRI, ela é uma organização sem fins lucrativos, que tem vários cursos, normalmente dá assessoria para as prefeituras e os prefeitos que são associados da Frente Nacional dos Prefeitos. Esse programa chama: Programa Ruas Completas. Ele aconteceu, não tenho certeza se ainda tá ativo, mas previa justamente a transformação das ruas para que elas ficassem mais seguras para mobilidade urbana. Então não é focado diretamente em aumentar a quantidade de ônibus ou em melhorar a qualidade dos carros, de transporte coletivo, mas em outras formas de se deslocar também.

O automóvel é uma bolha particular que ocupa muito espaço público. Espaço público é de todo mundo, mas o automóvel ocupa muito desse espaço para poucas pessoas utilizarem, então ele é o menos eficaz quando a gente fala de mobilidade urbana. Esse programa pensa muito nisso, as ações são em grande parte voltadas para pensar em soluções que reorganizem esse espaço que está sendo usado por poucas pessoas para beneficiar muitas pessoas. Às vezes melhorar uma calçada para que uma mãe não tenha que andar com seu carrinho de bebê no asfalto, na beira do carro, no meio da rua. Então, às vezes, aumentar a calçada vai tirar a vaga de estacionamento? Vai. Em vez de estacionar cinco carros - cada carro cabe cinco pessoas. Em cinco vagas de carro tem 20 pessoas que vão usar aquele espaço ali. Se a gente ampliar aquela calçada, quantas pessoas vão usar? Mais que vinte. Bem mais que vinte! Olha a calçada da Paula Barbosa...

Esse é um dos fundamentos desse tipo de transformação. Olha como que a rua era, muito parecida com muitas ruas que a gente tem, e com estratégia simples, com ações simples de tirar a vaga do carro para colocar, às vezes alguns bancos, renovar a pintura, renovar as travessias de pedestre, proteger essas travessias de pedestre para a gente poder esperar sem medo de ser atropelado. Tem algumas soluções que não são tão caras assim, que são possíveis. Aqui mais um exemplo olhando de cima, um cruzamento. Cruzamento é um lugar onde acontecem muitos atropelamentos., Se a gente observar o que que foi feito ali de intervenção, de ação, foi uma pintura no piso, uma pintura no asfalto, e essa pintura no asfalto favorece tanto para os carros conseguirem fazer melhor esse cruzamento, quanto para as pessoas conseguirem atravessar com mais segurança. E aí, tem umas áreas verdes que são demarcadas ali, que olha só, naquele canto superior aqui, a nossa esquerda, do lado de cá tinha um caminhão parado, do lado de lá, já tem uma barraquinha, já tem um guarda-sol, já cria um espaço para as pessoas ficarem, às vezes comer um cachorro quente, às vezes encontrar com um amigo. Importante criar espaços na rua para viver essa rua também, para ter prazer, para trazer lazer, descanso.

Em cima: as bicicletas espremidas no cantinho do ônibus, embaixo: a mesma rua, nem parece, parece que fez uma outra rua, porque colocou a ciclovia. Colocou uma vegetação que ajuda também a drenar água de chuva para não ficar aquelas poças sujas, que dão bicho, a gente pisa, se molha todo, passa um carro e molha a gente. E ali também, o alargamento para as pessoas andarem, colocou vegetação, vasos, gente, coisa simples! e que ajuda a proteger quem está andando na rua. Um instrumento que é importante a gente saber que existe é a Lei Federal 12.587 de 2012, que fomentou uma alteração significativa nos padrões e conceitos referentes ao deslocamento de pessoas e de cargas na cidade.

A política nacional de mobilidade urbana, que essa lei federal instituiu, deve promover uma melhor relação das cidades com seus cidadãos, favorecer maior participação da sociedade na gestão da mobilidade local e regional, e trazer mais qualidade de vida. Favorecer a participação da sociedade na gestão, está escrito, e isso aqui é um texto do Governo Federal. Então se a gente não está vendo esse favorecimento, também tem alguma coisa errada.

O que que tem que ter nesses planos de mobilidade que a lei federal coloca:

- serviço de transporte público e coletivo, esse dói na carne, esse a gente sabe que é muito problemático;
- circulação viária que funciona não somente para ônibus, mas para todo mundo que usa carro ou táxi,
- acessibilidade;
- integração de modo de transporte, de transporte público - e aí você já relataram que essa integração é problemática - operação e disciplinamento do transporte de carga, porque quantas vezes a gente já não ficou atrapalhado por causa de um caminhão descarregando, e aí o ônibus não passa, porque o caminhão está parado para descarregar, e aí ele demora a viagem que já é demorada, atrasa mais ainda, ou às vezes a gente quer passar na calçada, e o caminhão subiu na calçada para tirar mercadoria de dentro do caminhão. Então esse disciplinamento, ele também faz parte da mobilidade urbana.
- Polo geradores de viagem: o que que é polo gerador? É a quantidade de pessoas que precisam usar o transporte; a geração de viagens de transporte público.
- Área de estacionamento público e privados, gratuitos e onerosos, para quem pode pagar e para quem não pode, especialmente considerando que estacionamento de carro particular, de automóvel, ocupa um grande espaço público e prioriza algumas pessoas, em vez de priorizar muitas pessoas, e
- financiamento do transporte público coletivo e avaliação revisão e atualização periódica do plano, que estabelece as ações para realizar todas essas coisas.

Petrópolis tem um plano de mobilidade é importante que vocês saibam que está disponível para todo mundo acessar, que nem todo mundo de dentro da prefeitura sabe que tem esse plano, porque às vezes sabe quem trabalha na CPTRANS, a gente que trabalha no urbanismo, mas dependendo, às vezes alguém que tá trabalhando lá na educação, não sabe que tem esse plano. Só que o plano é feito para o cidadão, e tinha que ter aquela participação, que eu falei lá no comecinho que é importante.

Então os planos diretores, plano de mobilidade, plano de saúde, plano de habitação que o Kelson falou, os planos são instrumentos para que os cidadãos possam participar na gestão das políticas. E como Itamar falou, muitas vezes, a forma de participação vem um pouco enviesada, vem numa audiência aqui, outra ali, que pouca gente sabe. Que as pessoas não estão com a informação e com preparo para participar desses conselhos e dessas audiências, esse trabalho do Fórum é fundamental. Então, a gente precisa se preparar, a gente tem que correr atrás, e aí eu tenho que correr atrás de dentro do meu trabalho, vocês vão correr atrás, enquanto cidadãos. Quem pode fazer alguma coisa para transformar, como o Fórum Itaboraí está fazendo, de organizar, para tentar ajudar, preparar as pessoas para aquelas participem e possam olhar de uma forma crítica para esses documentos, porque também não é só ler e falar: Tá beleza! É ler e falar, mas pera aí, não dá. Desse jeito aqui, não funciona. Eu uso transporte todo dia e sei que não é desse jeito que está falando aqui não pode.

Eu não vou me aprofundar no plano, primeiro, porque o plano foi realizado, é avaliado, revisto pela CPTRANS. Eu nem tenho conhecimento de causa, para ficar detalhando tudo que está no plano. Segundo, porque não dá tempo, o objetivo é mais que vocês saibam mesmo que existe, e que está tudo isso disponível. E se a gente ler o plano e não estamos entendendo o que tá escrito, CPTRANS vem cá, ajuda a gente, vamos fazer um evento para CPTRANS explicar o plano de mobilidade para todo mundo? Ah, mas isso já aconteceu quando o plano foi feito! Vamos fazer de novo? Vamos fazer várias vezes. Quantas vezes forem necessárias.

Um outro documento que tem disponível, que é válido em Petrópolis, é esse: Manual Todos na Calçada para Calçadas Acessíveis. O manual é orientativo. É um guia de orientação que tem algumas

informações para construir calçadas melhores, especialmente para quem vai fazer uma construção, para os empreendedores que constroem os grandes conjuntos que acabam impactando muito na nossa cidade. O que que tem que ter numa calçada ideal, para ela ser segura, para ela ser confortável? Quais são os materiais adequados para se colocar nessas calçadas? De forma que elas se mantenham seguras, bonitas e confortáveis? E também um pouquinho sobre mobiliários e equipamentos que vão na calçada. A gente sempre encontra com poste no meio do caminho, uma lixeira no meio do caminho, um abrigo, qualquer coisa que não deixa a gente passar.

Eu trago aqui no final, tanto o artigo que trata sobre direito a cidade e mobilidade urbana, quanto os links para acesso, a esses dois documentos que são documentos já válidos na prefeitura de Petrópolis.

É isso que eu tinha para falar com vocês, agradeço muito!

LUCIANA DA SILVA BENTO DE SOUZA - Moradora da Posse: Você falou que o táxi é um transporte público. A gente mora aqui, a gente tem, acho que mais ou menos uns sete, oito táxis, não é? Parado no ponto? Quando a gente vai apanhar ele no ponto, ele já tá num preço absurdo. E a gente pergunta: com quem reclamar? Porque, às vezes, a gente vai apanhar ele, já tá 7 a 8 reais antes da gente entrar. O taxímetro dele tá lá 7, 8 reais. Eu falo isso, porque, meu esposo às vezes faz alguns bicos no Rio, e quando a gente vai apanhar ele, tá zerado, não tem nada, e aqui não, aqui a gente vai apanhar já tá 7, 8 reais. Então, quando a gente chega no destino, a gente já paga vinte, vinte e poucos reais. E com quem a gente pode reclamar? Sobre isso?

CAIO DIAS DA SILVA - Morador de Córrego Grande: Boa tarde! Primeiro eu queria só ajudar os companheiros que tem lutado pelo transporte no Rio Bonito; uma pena que não há ninguém da CPTRANS aqui, que possa ouvir esse clamor, só fazer uma observação que elas não fizeram, mas que acontece ali, que o ônibus é de hora em hora, muitas das vezes uma família com crianças pequenas, idosos, quando vem de Itaipava para cá, tem que ficar na calçada uma hora esperando o próximo ônibus, que um incidente pode acontecer nesse trajeto e fazer a pessoa perder o Rio Bonito. Aqui, não tem um banheiro para utilizar, não tem um bebedouro para utilizar, simplesmente uma calçada onde literalmente se fica debaixo da chuva ou do Sol, dependendo do tempo. Então, só aumentar um pouquinho esse clamor. E a minha pergunta é o seguinte: no final da década de 80, a cidade passou por um projeto viário, de onde surgiu terminais, tanto Corrêas, quanto de Itaipava, mas esse plano viário, ele idealizava outros terminais, como: Retiro, Alto da Serra, Quitandinha, em numerosas outras localidades. Esse plano, ainda é o plano que está em vigência, ou nós temos outro agora visando melhorar o transporte na cidade?



ARLETE APARECIDA VALENTIM DA SILVA – Moradora da Posse: Eu gostaria de fazer uma pergunta. Nesse plano de contingência que vocês têm, observei que quando chega da entrada da Rua Estrada Silveira da Mota para o plano, não dá seguimento. Que ali a gente vai dar seguimento e direção a Rio Bonito, que faz parte da Posse. E nessa questão dessa estrada, ela tá praticamente abandonada, não tem um plano futuro para essa estrada? Porque em questão desses pedidos, que eu também sou moradora recente lá, de três anos, eu trago comigo aqui um pedido, que já foi registrado, já foi feito, para um poste de luz em frente à minha casa, porque é uma escuridão muito grande. O pedido do quebra-mola, desde abril, que não foi atendido, mas a cratera que tinha lá, graças a Deus! À pedido de um representante público, foi solicitado e foi atendido, e um protocolo que eu tô só com o número, que eu já até perdi a segunda via para Defesa Civil, de um viradouro que tem em cima do meu terreno, que ele tá na justiça, tá em juízo, a questão do viradouro, e já desceu terras, já danificou casas, de um casal de idoso, uma idosa com oito pontes safena, de madrugada, cheia de barro dentro de casa e a Defesa Civil foi lá, registrou; isso foi em 2019 e nós estamos em 2023.

Quando chega época de chuva e eu fico me perguntando: será que eu vou ser acordada ou será que eu não vou ter direito de acordar, ou o casal de idoso que tá ali do lado, terá tempo de acordar? Tem prazo pra a Defesa Civil tomar uma providência, ou a Defesa Civil tem que aguardar juridicamente sair uma sentença para que não haja ali um óbito, em algum momento, no decorrer das chuvas que estão para vir e que já vieram.

LAYLA TALIN: Sobre os táxis, com que conversar? Com a CPTRANS.

Sobre os terminais, nesse plano de mobilidade se já tem uma atualização de vários outros terminais a serem instalados para transbordo, de troca entre os ônibus. Eu não sei, eu não conheço esse plano que você citou, não sei se é compatível ou não, mas o que está vigente é o que está no plano de mobilidade atual.

Sobre o recorte da estrada, fui eu que peguei só um pedaço do plano, eu não trouxe o plano inteiro, porque o plano são seiscentas e tantas páginas; então eu trouxe só um exemplo mesmo para ilustrar. Teria que olhar realmente lá para poder ver o que que tem. Sobre os prazos, aí teria que ver com a Defesa Civil mesmo. Como é que trabalha o administrativo deles. Depois, se você quiser, me passa o número do processo da prefeitura; o máximo que eu consigo fazer é consultar para você o que que está acontecendo, às vezes eu consigo te dar uma luz de onde é que o processo está, o que que está acontecendo, mais do que isso eu não posso.



ARLETE APARECIDA VALENTIM: Eu tenho até o número do protocolo da Defesa Civil. O processo em si, do viradouro, foram os moradores que fizeram. E não está na jurisdição daqui de Petrópolis, está em São José, entende? E o viradouro fica na localidade de Petrópolis.

LAYLA TALIN: Talvez seja bom também pegar cópia disso e protocolar aqui em Petrópolis, e aí vai gerar um número e com esse número a gente consegue acompanhar pelo menos.

ANA MARIA OLIVEIRA DA SILVA - Moradora da Posse: Falar do, do ponto de ônibus, que foi trocado nessa Prefeitura do Bairro, que teve aqui na Posse, nosso bairro. Trocaram o ponto ali do ponto final do 711, tiraram o ponto do 712, que é o do Rio Bonito, e simplesmente sumiram com ele. Aí, eu pedi, ligando para o Mário, dia sim, dia não, outro também, e indo. O Mário me ama eternamente. Então, ele falou comigo assim: não, o ponto vai ser colocado. Aí, ele ligou para mim: não o ponto já foi colocado. Eu falei: aonde? Aonde que eu não tô vendo o ponto? Aí, eles colocaram o ponto aonde? Do outro lado da rua, só que o ponto do Rio Bonito não tá lá, e esse ponto que colocaram lá, assim, ele chove, ele molha todo mundo que tá lá. Se tiver sentado, vai molhar. Os buracos continuam lá, os buracos do outro ponto, do antigo ponto, tá cheio d'água... vem agora verão, a dengue que vai tá circulando plenamente, entendeu? Então, é que nem ele falou, não tem um banheiro, não tem uma cobertura direito, não tem um lugar para pessoa ficar, decentemente, porque? Porque tiraram o ponto, que era mais ou menos, mas pelo menos, a gente conseguia se cobrir da chuva e colocaram esse lá agora que simplesmente não tá servindo para nada. E o ponto do Rio Bonito até hoje não apareceu.

GIRLAINE WEBER – Moradora de Córrego Grande – Diretora da EM: Fico chateada, triste, porque não tem ônibus; de hora em hora vem lotado, a pessoa tem que parar na Posse, no centro da Posse, pra aguardar um outro transporte para chegar em Itaipava, descer novamente e ir pro Centro. Na minha época, quando eu fazia esse trajeto, era direto. A gente pegava no Rio Bonito, só descia lá no centro. Então isso diminui, reduz a nossa ansiedade, o nosso estresse, tem que ter linha direta, é urgente isso. Tem que esquecer o transbordo para quem sai de Posse e Rio Bonito.

Uma outra situação: nem todo mundo tem dinheiro para pagar a passagem; então, diariamente são crianças com os pais indo a pé, do Córrego Grande até a Posse. Não tem acostamento, não tem nenhum tipo de segurança. Então, é para ontem também ver essa parte de calçamento do Córrego Grande até o centro da Posse; eles vêm para posto de saúde, para o mercado, para tudo a pé, são famílias que vem caminhando.

CLÁUDIA RENATA DE ALMEIDA RAMOS: Só para reforçar o que a Girlane falou. Como o tema hoje é habitação e mobilidade urbana, e dentro do tema da mobilidade urbana, a gente tem um problema da saúde. Porque aqui, o pessoal, as mulheres, as gestantes, por exemplo as gestantes de alto risco, alguma coisa assim, têm que ir para o Alcides Carneiro, e aí, como é que vai uma mulher, por exemplo, do Rio Bonito, lá do Córrego Grande?; e o risco de perder o ônibus que passa de hora em hora; quer dizer, tem que se deslocar até o Alcides Carneiro. Outra questão é a saúde mental. Porque essa história de passar duas, três horas para ir e vir, que nem eu falei: aqui é o pior lugar para se morar. Não digo por causa da localidade em si e nem das pessoas, mas porque realmente está afetando a saúde de todo mundo, a saúde mental de todo mundo, que não fala; até eu tô ficando com problema!

Porque a gente leva mais tempo viajando; a gente tá com uma segunda jornada de trabalho, que é o deslocamento. Eu fico duas horas e meia até chegar em Corrêas, no horário de pico, porque eu vou no horário de pico; para voltar também, até mais, é o que a Ana falou, a gente não tá conseguindo mais pegar o vinte para as sete, então só vinte para as oito. Então eu saio vinte pra as cinco de Corrêas, dez pra as cinco de Corrêas, para chegar em casa as oito horas da noite. Então, olha, como é que fica a saúde

mental da gente?

Eu acho que a saúde mental também tem que ficar dentro desse quadro, dentro da mobilidade, porque foi uma coisa que foi diagnosticada no nosso DRP.

LAYLA TALIN: Eu realmente acho que essas experiências de vocês e a clareza de pensamento que você tem sobre o quanto isso interfere na vida é uma força. Vocês, que nós juntos e juntas precisamos transformar a indignação em mudança. Tem que se indignar muito, tem que ficar bravo, né? Porque o que vocês falam, o que vocês apresentam, aqui no microfone, são coisas que são muito básicas, que ninguém deveria estar passando por isso. A Cláudia é uma referência, a tia Lili é uma referência na comunidade dela, você também é uma referência aqui, junta todo mundo, dá as mãos, porque aí divide um pouco esse fardo. Às vezes é um fardo, é uma luta, é difícil, mas a gente precisa sempre pensar nisso. Respira e alimenta isso para gerar transformação, porque se a gente se acomodar, fala assim: ah não, mas ninguém vai fazer nada, não vai ter jeito mesmo! Aí nunca vai mudar. Vai ser sempre a mesma queixa, e uma outra coisa lembrem-se que vocês não estão sozinhos. Eu trouxe a Fabiana que é uma pesquisadora, jurista, que está fazendo a parte dela, dentro do trabalho dela; eu faço a minha dentro do meu, cada um está fazendo o que pode. A Norma está ali, ela também faz a parte dela dentro do que ela pode; cada um está fazendo um pouquinho.

Então quando vocês sentirem que estão sozinhos, estão desanimados, que estão abandonados, lembrem que ainda que vocês não consigam ver, ou não consigam saber, tem gente fazendo alguma coisa também para engrossar essa luta. Então, não deixem de se indignar, reclamem, registrem, procurem, insistam, e quando bater um desânimozinho, lembra: tem uma rede de pessoas lutando.

FELIX ROSENBERG: Estamos, afortunadamente, muito atrasados, o que é bom, né? Significa que houve muito interesse na discussão. Queria só lembrar a todos que, coitada Layla, Layla não é responsável de nada do que vocês reclamam. Ela é uma companheira que está trabalhando lá, como todos nós, como ela falou ocupando um espaço. Isto aqui pretende discutir com vocês ações que possam ser transformadoras. O conhecimento, a ciência com a comunidade juntos, trocando saberes. Vocês, com o que vocês sabem e nós, o que nós sabemos, para transformar a realidade, de maneira que, questões como as que vocês colocaram cheguem aos níveis de decisão. No Amazonas assim foi, tudo foi gravado, tudo vai ser transcrito, tudo vai ser publicado no caderno, que vocês vão receber, e que o poder público também vai receber. No fim desse caderno nós vamos tentar elencar as questões, não tanto que sejam exclusivas da comunidade de vocês, porque vocês têm outros canais de reclamação, de queixa, de ação, de mobilização. O que a gente queria aprender com o exemplo de vocês, o que é a realidade do município, e muito além do município. Isto tem que servir de aprendizado, por isso que nos chamamos de jornada de ciências e comunidade, para que sirva como uma universidade, que daqui gere um aprendizado para todos, para nós e para os outros que não estão aqui. Então, nesse sentido, eu queria abrir dez, quinze minutos no máximo, se vocês têm alguma opinião, sugestão sobre o que fazer a partir daqui. Não adianta mais reclamação, porque elas já foram feitas. A questão é o que fazemos a partir daqui? Além de publicar tudo que foi falado e divulgar da melhor maneira possível; além de continuar fazendo essas jornadas, a próxima será na Vila Rica, no fim do ano e vai lidar com a questão da gestão do lixo, tanto lixo orgânico, quanto o lixo reciclável. Depois faremos outras, a Cláudia mencionou a questão da saúde mental que é certamente uma questão central na saúde, assim como foi a fome, que discutimos no Amazonas. A saúde mental é uma questão central e intersetorial, porque ela não é uma patologia, não é uma doença. Saúde mental é saúde, é bem-estar, é consciência, é capacidade plena de viver; não se trata de corrigir doenças mentais, isso é outra questão. Estamos falando da saúde, saúde mental. Assim que, eu não sei se alguém quer sugerir, além disto, e o Fórum Itaboraí está tentando construir junto com vocês os cursos de formação, vocês sabem bem já que muitos de vocês estão

acompanhando a educação popular em saúde, os cursos para assistentes sociais, etc. É temos o Teatro do Oprimido, ao qual, estão convidados todos, todos sem exceção, a contatar a gente, através da Thaís, para participar em núcleos de Teatro do Oprimido; teríamos enorme prazer, e achamos que é muito importante, acho que talvez alguns de vocês também, que cada comunidade, cada bairro, cada favela, tenha o núcleo de TO que possa organizar na comunidade para discutir, inclusive, os problemas desta forma lúdica, criativa, como é feito.

Temos o Fala Tu, Isaque e Tia Lili, e Cláudia, e vários de vocês participam. Fala tu, é um programa justamente de comunicação. De facilitar que Tu Fales. Fazer com que todos nós falemos dentro da comunidade, como vocês veem tem muitos companheiras e companheiros aqui com isso.

CLÁUDIA RENATA DE ALMEIDA RAMOS: Eu acho que pode sair daqui um documento. A gente está encaminhando, pros órgãos competentes, mas com um prazo, que a gente tenha uma resposta. Não é só entregar. Pessoal, a gente precisa de uma resposta daqui uns 60 dias, 90 dias, porque a gente precisa ter um retorno de algumas respostas aqui e descentralizar, a gente precisa que o poder público chegue até a gente, que se não chegue até a Posse, chegue até Itaipava, porque, por exemplo, se eu preciso fazer uma matrícula, tenho que ir lá na secretaria de educação lá fora; eu preciso fazer um raio X, eu tenho que ir lá fora, no Pedro II. Então, descentralizar algumas coisas que só tem no centro da cidade, que não seja aqui na Posse, mas que seja em Itaipava. Eu acho que tem que ter um prazo de resposta, né?

LEONARDO FRAGOSO – Morador do Brejal: Boa tarde! Só como proposta, a gente tem um espaço maravilhoso que é a Praça CEU, foi um ganho importantíssimo para nosso distrito; às vezes a gente se coloca muito do lado de vítima mesmo, né? A gente é do último distrito, quem sofre, somos os últimos a receber apoio, enfim e a gente tem méritos aqui maravilhosos, na Posse, a gente tem um Brejal, com a nossa agricultura orgânica, a gente tem mulheres maravilhosas, talentosas que se apresentaram aqui hoje. Fiquei feliz em ver Aline conduzindo aqui o trabalho, Aline filha da Posse, uma jornalista, né? Enfim, então, a gente tem muito potencial enquanto comunidade e esse espaço aqui é maravilhoso para esse campo de discussão. Então, é reunir realmente a Cláudia com os representantes lá do conjunto e os agricultores do Brejal, enfim toda essa cadeia de atores, de produção aqui do distrito pra gente realmente em busca de soluções. Porque senão a gente vai ficar aqui discutindo, discutindo e a gente não encontra solução. E às vezes a gente tem nosso tempo limitado, eu tenho certeza que a Cláudia, por exemplo, gostaria de estar, de certa forma, contribuindo com o nosso trabalho no Brejal.



Eu também gostaria muito de estar contribuindo, quanto cidadão do quinto distrito, em ações importantes de mobilidade, enfim, de tudo o que foi apresentado aqui hoje, do que é necessário, como a questão da saúde, da gente tentar construir. Isso já levantei aqui, na reunião preparatória para o fórum, da importância da gente tentar encontrar um caminho mais concreto, de uma discussão em busca de resultados positivos. A gente sabe o que não dá certo. Mas a gente buscar aqui, na Praça CEU, que é um campo bacana, que está aberto aqui pra gente, Bebeto e equipe, para a gente começar a discutir isso e, de repente, quem sabe até mesmo o Fórum Itaboraí estar acompanhando esse processo. Eles ficam lá na cidade, também, a gente sabe da dificuldade, tantas dificuldades para eles estarem, de repente, mais próximos, mas também são um ponto importante. Então, a gente criar esse núcleo, aqui da Posse como fórum; a jornada já está acontecendo, mas um fórum permanente, envolvendo a associação de moradores, as associações; nós temos aqui várias. Só o Brejal são três associações formalizadas; as escolas municipais da Posse, que são exemplos para Cidade, nós temos aqui em torno de três escolas, e todas elas engajadas, seja as municipais, estaduais, particulares; todas as ações que Aninha realiza aqui na praça, têm apoio das escolas; enfim, é buscar essa construção e usar esse espaço aqui. Eu voltei para a Praça Céu através do Conselho Gestor que se reúne aqui mensalmente, e a gente buscar realmente tentar contribuir. Então seria, assim, uma sugestão da gente pensar, até na próxima reunião, quem sabe, do Conselho Gestor, não sei se cabe, porque a gente discute muitas ações da praça, mas eu acho que a gente tá interligado, então acho que cabe aqui também, né, Aninha, essas discussões aqui. Então é só uma proposta da gente tentar encontrar um caminho para a próxima reunião aqui da Praça Céu.

AXEL GONÇALVES DA SILVA: Eu acho que, acrescentando um pouco do que já foi falado aqui, é crucial fortalecer essa rede que a gente está criando hoje. Não deixar que isso morra, realmente fazer, pegar os contatos de quem pode ajudar à gente, de trocar com pessoas de outros bairros, a gente tem lideranças aqui presentes; então é muito, muito importante em eventos como esse, fortalecer essa rede. Peguem contatos, liguem mesmo, e é isso, é o que eu penso que pode ser feito.

FELIX ROSENBERG: Muito, muito obrigado, Axel! Então, é, com isso que, com as últimas palavras da Axel, inclusive convidamos todos a participarem na próxima jornada lá de Vila Rica. O pessoal de Vila Rica esteve no Amazonas, o pessoal do Amazonas está por aqui, algumas outras comunidades também. Assim que precisamos muito que vocês tenham experiência desta jornada, junto conosco, que aprendamos juntos para ir fazendo cada jornada melhor, e tomara que este centro, aqui na Praça CEU, se constitua num núcleo de rede como foi colocado. Se conseguirmos em cada comunidade do município, criar estas redes, que sejam permanentes, que discutam permanentemente a sua realidade, eu tenho certeza que esta nossa sociedade vai se transformar de maneira muito rápida; porque nós precisamos desse convívio que a pandemia dificultou enormemente. Nós precisamos falar cara a cara para ver as nossas reações, nossas emoções, entender exatamente o que que estamos vivendo todos. Então, queria fazer um apelo muito forte à participação e à continuação deste trabalho, seja aqui na praça, seja no Fala Tu, no Teatro do Oprimido, do jeito que vocês acharem melhor.

É isso, a proposta é continuar, manter o grupo de teatro aqui, foi justamente o que havíamos sugerido, que cada comunidade crie um núcleo de TO. Por isso que está esse curso de multiplicadores de teatro que a Thaís está liderando lá no Fórum Itaboraí, que tem a tia Lili e o Isaque como multiplicadores de teatro. Eles vão constituir o núcleo lá em Vila Rica. Então, todas e todos são muito bem-vindos. A Thaís vai colaborar com a criação desses núcleos e nós vamos encontrar meios para que Thaís disponha de mais tempo para se dedicar ao TO junto com o Fórum Itaboraí, e tomara que possamos juntos criar esses núcleos em todos os lugares.

Mencionar que o nosso companheiro Thiago está organizando um projeto, que hoje ia ser lança-

do, mas lamentavelmente não pode ser lançado por dificuldades de mudança das regras orçamentárias e financeiras, que fizeram com que o município esteja, neste momento, padecendo de uma crise muito forte de arrecadação, por mudanças dos impostos, mas que é um projeto de criar uma feira popular aqui na Posse, que seria alimentada permanentemente através de agricultores familiares agroecológicos do Brejal, e que teriam então todo o apoio da prefeitura para o abastecimento de comida orgânica, agroecológica, entre o Brejal e a Posse, no modelo de circuito curto, para que os alimentos não tenham que ir até o CEASA no Rio para depois voltar. Lamentavelmente, isso não pode ser lançado hoje, mas vai ser lançado, esperamos, proximamente já que está sendo trabalhado com muito carinho.

E muitíssimo obrigado a Praça CEU pelo espaço, que é maravilhoso, a toda a equipe do Fórum Itaboraí e a todos vocês que organizaram o evento.

ITAMAR SILVA: Bom, eu só quero agradecer particularmente Felix, Sônia e Lilia pelo convite e dizer que eu saio daqui revigorado; tá acontecendo coisa na base, então a gente está junto e aguarda o próximo convite, obrigado hein!

KELSON SENRA: Eu tô há muito tempo em governo; então eu tô aqui feliz de estar aqui hoje, para caramba, porque tô vendo movimento, tô vendo gente se organizando, tô vendo gente cobrando, gente organizando fórum; Fiocruz ajudando. Eu estou feliz de estar aqui, participando, dando uma pequena contribuição, mas a força é de vocês, a luta é de vocês. Acho que se a gente puder ajudar contem sempre com a gente, parabéns a vocês por essa organização toda.

LAYLA TALIN: Mais uma vez, apenas agradecer pelo privilégio de estar aqui com vocês, não vou nem citar os nomes de todo mundo, porque são todos mesmo, ao Fórum Itaboraí, e desejar que essa fagulha de vocês realmente vire incêndio, que arrase tudo o que sustenta essa desigualdade toda e que permita que a gente tenha uma cidade boa, para todo mundo prosperar. É isso! Que cada cidadão possa prosperar e que a gente possa trabalhar juntos e juntas para isso.

CELSO FRANZEN – Maestro da Orquestra de Câmara do Palácio Itaboraí: Nosso projeto, é um projeto de formação de orquestra; está voltado para alunos de escola pública, ou seja, os nossos integrantes são alunos da escola pública, e o nosso público, em princípio, também são alunos da escola pública já que nós levamos a música de concerto para dentro das escolas. Esse é o Projeto! Então nós preparamos aqui, a primeira música, nós decidimos fazer a ordem pela densidade demográfica. Começamos com os duetos, depois os trios, depois com o grupo todo. Nós faremos primeiro o Trenzinho Caipira de Villa Lobos, que é um arranjo do Raul D'ávila, com o Lucas na clarineta e a Carla na flauta.



O primeiro dueto se apresenta.

[APLAUSOS]

O segundo dueto se apresenta.

[APLAUSOS]

O trio se apresenta.

[APLAUSOS]

CELSO FRANZEN: Bem, então agora faremos com o grupo todo, as três últimas músicas agora, que são duas pequenas danças das danças folclóricas romenas, do compositor húngaro chamado Béla Bartok, uma pequena adaptação minha para os sopros. Nós já ouvimos Villa Lobos e Pixinguinha, do século 20 e voltamos lá para o século 18, com o Johann Sebastian Bach; agora viremos novamente para o século 20, com Béla Bartok; então nós faremos duas pequenas danças e depois temos mais uma última peça. Então, é de Béla Bartok, duas pequenas danças, a número três e a número quatro das danças folclóricas romenas.

[APLAUSOS]

CELSO FRANZEN: Na próxima música, a última de hoje, voltaremos lá para o século 18, com Johann Sebastian Bach: nós faremos uma outra dança francesa chamada Gavota, da suíte orquestral número 3.

[APLAUSOS]

FELIX ROSENBERG: Duas palavrinhas apenas. Dizer que isto também é direito à cidade, direito à arte. Nós temos a Orquestra de Câmara do Palácio Itaboraí, a OCPIT, que na realidade é um curso de três anos de duração. A grande maioria dos nossos meninos e meninas não sabia nada de música quando entrou no curso; nós temos hoje a felicidade que vários deles já estão na universidade, após passarem por esse curso que está aberto às comunidades; só temos 30 vagas por problema de espaço físico, mas todo ano abrimos as vagas, daqueles que saem. Muito Obrigado à OCPIT, maestro Celso Franzen, a todas as meninas e meninos que a compõem e aos nossos patrocinadores, começando pela Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, do Ministério da Saúde do Brasil.





FÓRUM ITABORAÍ:
POLÍTICA, CIÊNCIA E CULTURA NA SAÚDE

Site: forumitaborai.fiocruz.br

Facebook: facebook.com/forumitaborai/

YouTube: youtube.com/@forumitaboraiiocruz

Instagram: instagram.com/forumitaborai/

Rua Visconde de Itaboraí, 188 - Valparaíso - Centro - Petrópolis - RJ - Brasil - CEP: 25.655-031

Telefone: (24) 2103-2181

e-mail: forumitaborai@fiocruz.br